

2. Estado, nação e recrutamento militar

2.1. Identidade nacional e construção do Estado

Povos sem Estado. Estados sem “povo”. Esse parece ser o drama de alguns tipos populacionais ao longo da história da humanidade. Não “pertencer” a um país é ser privado da própria identidade, como salienta Craig Calhoun (1952/1997, p. 46), referindo-se a Michel Foucault:

In Foucault’s sense, therefore, nationality is understood as inscribed in the very body of the modern individual. A person without a country must therefore be understood to lack not only a place in the external world but a proper self.

Os Estados modernos se colocaram como os principais agentes da construção da identidade nacional; logo, como os principais desenvolvedores da ideia de nação com um fim político. A nação é um conceito complexo que envolve diferentes variáveis na sua construção.

Com o objetivo de estabelecer a relação criada entre a construção do Estado moderno e a construção da nação, sem perder de vista o nicho de variáveis que compõem o conceito, o debate inicial será tratado a partir dos estudos de três autores: Ernest Gellner, Benedict Anderson e Craig Calhoun.

Gellner (1983/2006) parte das variáveis educacional e industrial modernas como essenciais para a constituição de um Estado complexo, isto é, baseado na divisão do trabalho altamente especializado. Contrapondo-se a Gellner, os estudos sobre nação e nacionalismo de Craig Calhoun (1952/1997) serão úteis ao identificar a nação como uma formação discursiva capaz de gerar a própria identidade dos indivíduos e solidariedade entre eles, a partir de questões historicamente construídas. Por último, encerrando a seção, serão destacados os argumentos de Anderson (1983/1993) para quem a nação é uma construção cultural comunitária criada e mantida pela maneira como é imaginada.

Na rotina dos indivíduos em todo o mundo, é possível perceber o grau de centralidade da categoria nacional como identificadora do que um indivíduo é. Podemos tomar como exemplos inúmeros casos, como o dos refugiados, só para citar. É essencial ter em mente que, ao longo da história nem sempre essas

categorias existiram ou existiram da forma como existem, como querem os ideólogos nacionalistas românticos. Estado, nação e nacionalismo são categorias diferentes e que precisam ser mais bem exploradas a fim de que possamos melhor compreender o nosso papel como cidadãos de um país e como indivíduos nacionais e, que, por isso mesmo, pertencentes à comunidade internacional. Trata-se, a meu ver, de um dos temas mais caros às Relações Internacionais, uma vez que as bases fundadoras da disciplina estão ancoradas em pressupostos que tomam como dadas essas categorias anteriormente mencionadas.

Apesar do forte apelo nacionalista de que Estado e nação devem ser congruentes ou de que a unidade política e nacional deve compor-se como um par mutuamente reforçável, ao promovermos a análise da formação do sistema internacional, é possível perceber que existiram e existem Estados sem identificação direta com os governados, nações sem Estado, nações em diferentes Estados, etc. As fronteiras étnicas assumem, aqui, caráter central. As teorias nacionalistas postulam que as fronteiras étnicas entre governantes e governados devem ser as mesmas, esquecendo-se de ressaltar o aspecto secessionista de composição na sua formação. Em outras palavras, esquecendo-se dos esforços envidados na composição dessas formações políticas, a ideologia nacionalista:

preaches and defends continuity, but owes everything to a decisive and unutterably profound break in human history. It preaches and defends cultural diversity, when in fact it imposes homogeneity both inside and, to a lesser degree, between political units (GELLNER, 1983/2006, p. 120).

A formação dos Estados, embora nem todos, contou com práticas de homogeneização engendrada pelos próprios governantes como forma de atingir o objetivo da perfeita congruência entre Estado e nação. Nesse caso, as diferenças étnicas foram extirpadas ou ganharam nova roupagem para que cada unidade política se tornasse de fato uma unidade no sentido *lato* do termo.

Segundo Gellner (1983/2006), nem todas as sociedades são dotadas de Estado. Elas podem apresentar outros tipos de laços que as mantenham unidas como sociedades propriamente ditas. Na verdade, segundo sua visão, seria impossível falar de Estado onde não exista divisão do trabalho. Essa seria uma variável definidora da noção de Estado para Gellner, ainda que o autor não atribua o nacionalismo como fundamental para a existência do Estado. O contrário não é

verdade, pois o Estado é condição necessária para o nacionalismo. Porém, não é uma condição suficiente.

Segundo o autor, existem três estágios da raça humana na história: pré-agrário, agrário e industrial. Não é possível falarmos de Estado nas sociedades pré-agríarias de caçadores e coletores, por exemplo, porque não existe divisão política de trabalho que fundamente um Estado:

hunting and gathering bands were and are too small to allow the kind of political division of labour which constitutes the state; and so, for them, the question of the state, of a stable specialized order-enforcing institution, does not really arise (GELLNER, 1983/2006, p. 120).

Nas sociedades agrárias, o Estado é uma opção. Ele varia em tamanho e grau (Estados fracos / Estados fortes). Já nas sociedades industriais, o Estado é uma imposição. Como as sociedades industriais são amplas e dependem de padrões de vida baseados em uma divisão do trabalho complexa, é necessária a presença de um Estado que possa coordenar essas atividades.

Para Gellner, o Estado é, portanto, uma criação moderna. Ainda que ele tenha começado a se desenvolver na fase das sociedades agrárias na Idade Média, Gellner concebe que somente com a necessidade de regular a complexa rede de atividades típicas da sociedade industrial é que surge o Estado, tal como conhecemos hoje. A variável industrial assume, nas análises de Gellner, fator *sine qua non* para a existência do Estado e, posteriormente, para a ideia de nação, uma vez que, como ressaltado anteriormente, não existe nacionalismo sem Estado.

Sem negar as diferenças de classe, se comparada às sociedades agrárias, a sociedade industrial é muito mais móvel e igualitária. Apesar do alto grau de especialização dos indivíduos modernos, o sistema educacional desse tipo de sociedade é mais universalmente difundido. Adolescentes de idades mais avançadas, através da educação formal, universal e padronizada, aprendem desde a infância valores comuns que os fazem membros ativos de uma socialização mais impessoal. Após a fase da educação padronizada, esses adolescentes, agora adultos, se tornam especialistas nisso ou naquilo. Entretanto, os valores comuns e universais já foram inculcados nesses indivíduos.

Genericamente falando, não se trata mais somente de estabelecer laços diretos e pessoalizados. Não é mais suficiente a educação familiar ou provida pelo

clã. Para atender às demandas da sociedade do progresso, sempre com a perspectiva do crescimento, é necessária uma exo-educação provida por especialistas impessoais, fora dos grupos mais locais:

The centralized method of reproduction is one in which the local method is significantly complemented (or in extreme cases, wholly replaced) by an educational or training agency which is distinct from the local community, and which takes over the preparation of the young human beings in question, and eventually hands them back to the wider society to fulfill their roles in it, when the process of training is completed (GELLNER, 1983/2006, p. 29).

Não mais um indivíduo terá como relação única ou principal somente os laços consanguíneos, de parentesco, de agregados, de fidelidade, pessoais, locais. Para se fazer inteligível, o indivíduo precisa se socializar nesses padrões universais. A comunicação, portanto, se torna fundamental na relação entre as pessoas.

De acordo com Gellner, “the monopoly of legitimate education is now more important, more central than is the monopoly of legitimate violence” (GELLNER, 1983/2006, p. 33). Se considerarmos que nem todo Estado possui o monopólio legítimo do uso da força no sentido weberiano, mas ainda assim essas unidades continuam sendo Estados e levarmos em consideração a análise de Gellner, poderíamos concluir que a tese weberiana não é mais suficiente para definir o Estado, mas sim o monopólio legítimo da educação. Decorre disso que, ao partilhar desses valores comuns, os homens de um determinado Estado passam a se organizar em unidades amplas, centralmente educadas e culturalmente homogêneas, daí resultando a ideia de nação. A educação do homem é que confere a sua identidade no mundo moderno.

Exo-socialization, the production and reproduction of men outside the local intimate unit, is now the norm, and must be so. The imperative of exo-socialization is the main clue to why state and culture must now be linked, whereas in the past their connection was thin, fortuitous, varied, loose, and often minimal. Now it is unavoidable. That is what nationalism is about, and why we live in an age of nationalism (GELLNER, 1983/2006, p. 37).

Entretanto, não é somente a cultura compartilhada que confere o *status* de nação a uma unidade política. A nação é uma fusão entre cultura comum, política

e vontade, que pode ser voluntária ou, até mesmo, chegar à coerção. Os elementos *poder e educação* ocupam posição de relevo na definição de nação para Gellner.

Segundo sua análise, o poder é um elemento que uns têm e outros não têm. Ao combinarmos a variável educacional, teremos quatro possibilidades: somente os detentores de poder possuem acesso à educação; tantos os detentores de poder quanto o resto da população possuem acesso à educação; somente o resto possui acesso à educação; nenhum grupo possui acesso à educação.

No primeiro caso, temos uma sociedade industrial precoce. No segundo, temos a industrialização tardia. No terceiro, as classes ligadas ao capital que sobrepujam os governantes. O último caso representa uma típica sociedade agrária, imóvel e estagnada.

Essa tipologia oferecida por Gellner diverge da de alguns outros autores que entendem existir dois tipos de nacionalismos: ocidental e oriental. O projeto nacionalista ocidental age em nome de uma cultura bem definida em nome de um povo homogêneo. É o modelo da unificação liberal. O segundo tipo de nacionalismo não opera a partir de uma cultura bem definida nem homogênea, mas sim a partir de um “caldeirão” étnico. É de suma importância, considerar que, mesmo para o “caso ocidental”, a homogeneização doméstica, muitas vezes, opera através de práticas estatais patológicas, ou seja, de exclusão do outro, visto como o mal a ser exterminado ou contido.¹

Em resumo, segundo as ideias propostas por Gellner, o nacionalismo é um fenômeno moderno engendrado pela existência do Estado e que baseia a sua própria existência nas variáveis de poder, educacional e cultural. É fato que o homem sempre se associou em grupos; porém, é somente a partir da modernidade, com a necessidade de responder às demandas do progresso industrial que os homens passaram a tecer uma relação patriótica com a sua comunidade política. Trata-se de um patriotismo moderno sustentado pelo Estado.

Partindo de uma perspectiva diferente, Benedict Anderson em *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo* (1983/1993), afasta-se das abordagens tradicionais que enxergam variáveis políticas e econômicas na origem do nacionalismo. Anderson entende ser o aspecto cultural fundamental para a origem da ideia de nação. Não é o

¹ Cf. RAE, H. *State Identities and the homogenization of peoples*. Cambridge University Press, 2002.

industrialismo de Gellner, as divisões de classe marxistas ou ainda a Ilustração defendida pelos liberais a chave principal de interpretação da ideia de nação. Para Anderson, o fator cultural assume relevo ao considerarmos que as comunidades não são homogêneas nem estão dadas. Elas precisam ser pensadas como comunidades como fator de existência.

Na definição do autor a nação é “una comunidad política imaginada como inherentemente limitada y soberana”. Tal como comunidade é imaginada porque “aun los miembros de la nación más pequeña no conocerán jamás a la mayoría de sus compatriotas, no los verán ni oirán siquiera hablar de ellos, pero en la mente de cada uno vive la imagen de su comunión”. Essa comunidade chamada nação é limitada porque “incluso la mayor de ellas, que alberga tal vez a mil millones de seres humanos vivos, tiene fronteras finitas, aunque elásticas, más allá de las cuales se encuentran otras naciones”. E por último elas são soberanas porque “el concepto nació en una época en que la Ilustración y la Revolución estaban destruyendo la legitimidad del reino dinástico jerárquico, divinamente ordenado” (ANDERSON, 1983/1993, p. 23 et. seq.).

As comunidades não são inventadas ou forjadas através da política ou da coerção, mas construídas culturalmente através da imaginação tal como as relações de parentesco e a religião. O propósito básico do autor na obra é analisar as origens da consciência nacional a partir dessa perspectiva cultural. Para tal, Anderson lança mão de análise empírica baseada entre outros documentos, e que justamente por isso chama a atenção, de periódicos, livros de literatura e novelas. Essa opção é devido ao fato de o autor entender que a língua é um fator central no desenvolvimento da ideia de comunidade e que esse tipo de documento por ele analisado consegue alcançar uma ampla gama de leitores, gerando uma ligação simbólica, e por isso mesmo, imaginada entre os receptores das mensagens contidas nesses meios de comunicação.

O conceito de *capital editorial* desenvolvido pelo autor nos ajuda a compreender o impulso que a língua obteve em desenvolver essa solidariedade. A invenção da imprensa por Gutenberg e a Reforma Protestante foram movimentos fundamentais para a ampliação do mercado de livros e folhetins. Ao fim e ao cabo, esse processo será responsável por criar um tempo homogêneo e vazio em que, mesmo que todas as pessoas de um país nunca venham a se conhecer, elas se reconheçam como portadoras de uma solidariedade horizontal a partir de

elementos comuns veiculados pelo capitalismo editorial. Uma breve análise do contexto histórico é importante para compreendermos a contribuição de Anderson para os estudos sobre nacionalismo.

As origens da consciência nacional devem ser buscadas no declínio da dominação da religião e, conseqüentemente, na cosmogonia imputada pela Igreja Católica no período medieval e na deslegitimação crescente das monarquias absolutistas justificadas pela teoria do direito divino dos reis.

Para nuestros fines actuales, los dos sistemas culturales relevantes son **la comunidad religiosa** y el **reino dinástico**. Estos dos sistemas eran en su apogeo marcos de referencia que se daban por sentados, como ocurre ahora con la nacionalidad. Por lo tanto, es esencial considerar qué dio a estos sistemas culturales su importancia evidente, al mismo tiempo que destacar ciertos elementos claves de su descomposición (ANDERSON, 1983/1993, p. 30).

A proliferação das línguas vernáculas, propiciada em grande parte por reformistas como Lutero, ao defender a tradução da Bíblia em latim para os dialetos locais, por exemplo, e a própria crítica engendrada pelo movimento Protestante contra a infalibilidade papal foram fundamentais para o declínio da linguagem sagrada. Dessa maneira, as “novas línguas” contribuíram para o declínio da comunidade imaginada da cristandade.

Em relação aos monarcas, estes derivavam a sua legitimidade das fontes sagradas. A concepção dos reis taumaturgos seria o símbolo máximo da ideia de conexão direta entre a figura do rei e Deus, ao colocar o monarca como detentor do poder de cura pelo simples toque. Entretanto, segundo Anderson, o poder dos reis não era derivado somente do sagrado, mas também da guerra e da política sexual marcada pelos casamentos interdinásticos. As fronteiras estatais eram bastante porosas e as soberanias se fundiam umas com as outras. Já no século XVII, é possível vermos a legitimidade sagrada do rei sendo posta à prova através das Revoluções Inglesas. Os “Jaimés” e os “Carlos” tiveram seus poderes de rei seriamente questionados e limitados por um Parlamento cioso de maior participação política, como reza a tradição parlamentar inglesa, oriunda desde os tempos medievais da época de João Sem Terra, rei obrigado a assinar a Magna Carta (que limitava o seu poder) a partir de uma revolta de nobres.

De acordo com Anderson, somente no século XVII e mais precisamente no XVIII, seria possível considerarmos a possibilidade de pensar o nacionalismo.

Isso porque foi mais ou menos a partir desse momento que três concepções culturais fundamentais perderam força: a língua escrita particular como acesso privilegiado à verdade ontológica, ou seja, o latim passa não mais a ser a condição única de explicação do mundo; a ideia de que a sociedade estava hierarquicamente disposta a partir de um centro monárquico e sagrado de poder é contestada. O rei taumaturgo perde a sua validade; as origens do homem e do mundo, antes compreendidas como idênticas, dissociam-se.

É importante ressaltar que a ideia que temos do nacionalismo como aquele sendo oficial e, por isso, sustentado pelo Estado soberano só foi possível como reação aos nacionalismos linguísticos populares baseados nas línguas vernáculas. Buscando uma homogeneidade dentro dos seus Estados, os líderes europeus se reapropriaram das línguas vernáculas com vistas à criação de uma língua nacional.

El nacionalismo oficial fue típicamente una respuesta de grupos dinásticos y aristocráticos – clases altas – amenazados por El nacionalismo vernáculo popular. El racismo colonial fue un elemento importante de esa concepción del ‘Imperio’ que trataba de combinar la legitimidad dinástica con la comunidad nacional (ANDERSON, 1983/1993, p. 211).

Essa composição serve para explicar tanto a reação dos governantes europeus contra os nacionalismos populares intra-Europa como contra os movimentos de independência coloniais da América e da Ásia. Para Anderson, o nacionalismo surgiu primeiro em terras coloniais do que em solo metropolitano, invertendo a lógica tradicional que explica o nacionalismo como um fenômeno genuinamente europeu.

O nacionalismo não foi sustentado somente a partir do advento do capitalismo editorial. Espaços que encerram relações de poder como o censo, o mapa e o museu também foram utilizados como maneira de desenvolver e sustentar a busca pela homogeneização e a identificação entre governante e governado, fator esse fundamental da era do nacionalismo oficial.

Nos censos “las categorías son aglomeradas, disgregadas, recombinadas, mezcladas y reordenadas” (ANDERSON, 1983/1993, p. 230). Através dos censos, o Estado busca o seu horizonte de visibilidade populacional. Como o Estado pode taxar ou recrutar de maneira minimamente satisfatória, se não conhece a população que vive em seu próprio território?

Os mapas também serviam como classificações totalizadoras ao transformar em modelo o que se queria representar. “El mapa se anticipaba a la realidad espacial, y no a la inversa. En otras palabras, un mapa era un modelo para lo que pretendía representar, en lugar de ser un modelo de esto” (ANDERSON, 1983/1993, p. 242).

O museu é um espaço onde as relações de poder se manifestam por excelência. A memória do que e como se quer representar assume posição fulcral nas políticas nacionalistas. Anderson promove uma breve análise de como a imaginação museística foi usada a favor do projeto colonial metropolitano ao explicar o programa de incentivo à restauração dos monumentos coloniais asiáticos.

Até o século XIX, as autoridades europeias pouco se importavam com os monumentos antigos das civilizações coloniais asiáticas. Entretanto, com o declínio da Companhia das Índias Orientais, a metrópole passa cada vez mais a estabelecer laços de uma típica relação colonial moderna com o sudeste da Ásia. Em outras palavras, a colônia assumiu um novo grau de importância perante a sua metrópole. Como os prestígios da colônia e da metrópole estavam mais interligados do que nunca, os Estados europeus passaram a promover esforços arqueológicos e programas de restauração de importantes monumentos locais. Trata-se de um programa político bastante conservador, pois os seus ideólogos e desenvolvedores sempre precisaram muito bem o lugar dos monumentos aborígenes locais no espaço do museu. O museu como lugar de memória e espaço de exposição, classificava hierarquicamente as relações colônia-metrópole através dos monumentos mais importantes.

A partir dos elementos mencionados (censo, mapa, museu) somados à força avassaladora do capitalismo editorial em um contexto de transformação ontológica e histórica, tanto do poder da linguagem religiosa, quanto do poder sagrado dos reis, é que podemos entender as origens da consciência e sentimento nacionais. Para Anderson, aí estaria a origem da explicação para o fato de milhares de pessoas matarem e arriscarem as suas vidas pelas suas pátrias.

Até aqui, os autores, apesar de empregarem perspectivas diferentes, parecem não discordar de que o nacionalismo é um fenômeno moderno, ainda que para Anderson, as origens da consciência nacional remetam à dissolução da ontologia sagrada da Idade Média. Nas palavras de Calhoun,

Nationalism [...] is distinctively modern. It is a way of constructing collective identities that arose alongside transformations in state power, increased long-distance economic ties, new communications and transportation capacities, and new political projects. This does not mean, however, that everything about nationalism is new (CALHOUN, 1952/1997, p. 94).

As transformações pelas quais passaram o Estado moderno no seu próprio processo de formação foram fundamentais para o desenvolvimento do nacionalismo. Nesse ponto, não há nenhuma novidade além do que Gellner e Anderson propuseram. Tal como Gellner, Calhoun entende que a nação não é a única forma de organizar as identidades coletivas dos homens. A contribuição de Calhoun para os estudos sobre nacionalismo se dá justamente pela proposta de problematização dos discursos que visam a identificar a nação ao Estado através de políticas deliberadas de homogeneização.

Segundo Calhoun, costuma-se lembrar do nacionalismo somente em momentos de guerras interestatais ou de mudanças na fronteira dos Estados. O nacionalismo costuma ser visto como uma categoria que opera a partir da homogeneidade nacional. Entretanto, ao privilegiarmos os momentos de conflitos, esquecemos o caráter mais simbólico do nacionalismo, focando apenas na sua essência política. Para Calhoun, o nacionalismo, para além do âmbito da política, é uma questão cultural e de identidade pessoal.

Na modernidade, tornou-se um imperativo possuir a identidade nacional para que um indivíduo possa sobreviver como entidade política. A nação atua como um elo entre o local e o global:

The rhetoric of nationalism presented nations as mediators between the global (the world system of nation-states and transnational organizations) and the local (the internal affairs and internal lines of cultural or other distinction). The nation might include local (sub-national) variations, but it had to claim an overarching commonality or unity among them in order to present itself internationally as the singular bearer of local identity (CALHOUN, 1952/1993, p. 94).

A maneira como categorizamos a identidade e a solidariedade coletivas ocupa um papel central nas formulações do nacionalismo. Nesse ponto Calhoun se aproxima de Anderson para quem não interessa se tal ou tal nação é legítima ou não: “Las comunidades no deben distinguirse por su falsedad o legitimidad, sino por el estilo con el que son imaginadas” (ANDERSON, 1983/1997, p. 24).

Uma nação não pode ser medida, unicamente, por dados empíricos, como tamanho do território, da população, capacidade militar, participação popular no governo, etc. Embora sejam elementos importantes, não esgotam a definição de nação, que, aliás, parece ser muito difícil ou, até mesmo, impossível de ser estabelecida. Para Calhoun, é impossível estabelecermos uma definição precisa de nação, como faz Elie Kedourie, para quem a nação é uma doutrina política.²

A modernidade costuma associar o nacionalismo à promoção da homogeneidade dentro de um território bem definido. As fronteiras morais da nação devem ser congruentes com as fronteiras territoriais do Estado. Essa homogeneidade interna é obtida em contraposição a outras homogeneidades externas. A alteridade interna deve ser suprimida ou expulsa (RAE, 2002).

Embora o discurso nacionalista seja construído e implantado principalmente pelos líderes dos Estados, sendo, portanto, uma decisão de cima para baixo, no nacionalismo, podem ser identificadas, também, reações à política de homogeneização do Estado por grupos minoritários ou majoritários, mas que não se identificam com os líderes governantes. Assim, de acordo com Calhoun, temos três dimensões do nacionalismo: como discurso, como projeto e como avaliação (CALHOUN, 1952/1997).

A primeira dimensão refere-se ao nacionalismo como a retórica que leva as pessoas a entenderem os seus anseios em termos de pensamento nacional. Como as pessoas assumem a identidade nacional como molde principal de uma série de outros marcos identitários? Essa seria a pergunta-chave.

A segunda dimensão concerne ao nacionalismo como projeto. São movimentos sociais gerais ou conduzidos deliberadamente pelo Estado, os quais buscam satisfazer os interesses das coletividades pensadas em termos de nação.

Por último, temos o nacionalismo como ideologia que advoga a superioridade de uma determinada nação sobre as outras. O imperativo moral da relação entre Estado e nação está presente nesse tipo de situação.

A partir dessas três dimensões, é possível pensar nos diferentes usos do discurso nacionalista. A ideia de nação não é algo exclusivo à formação estatal ao longo da era moderna de nossa história. Partindo do pressuposto de que a nação está continuamente sendo construída através de práticas não só coercitivas, mas

² Cf. KEDOURIE, E. Nationalism, 1993.

também simbólicas, como ressalta Gellner, a nação precisa ser continuamente reinventada e imaginada, nas palavras de Anderson. Movimentos populares dissonantes da política estatal também se apropriam dessas práticas com o objetivo de avançar seus interesses perante um ambiente de constantes transformações.

Para que os membros de uma comunidade se identifiquem como pertencentes a uma nação, os laços locais não são mais suficientes. Calhoun, assim como Gellner aponta para a insuficiência das redes de parentesco ou laços locais como forma de responder aos imperativos advindos da construção do Estado moderno. Isso não quer dizer que anteriormente a esse tipo de Estado, o nacionalismo não tenha existido. Mas é somente com o Estado moderno que ele ganha o *status* de principal construtor de uma política de identidades.

A identidade nacional, geralmente é vista como a principal identidade que um indivíduo porta. A ideia presente aqui é a de que outros marcos identitários podem ser reduzidos à nacionalidade do indivíduo. Esse é o cerne do pensamento essencialista: “essentialism refers to a reduction of the diversity in a population to some single criterion held to constitute its defining essence and most crucial character” (CALHOUN, 1952/1997, p. 18). De acordo com essa tradição os indivíduos são reduzidos a uma e tão somente uma nação, gênero, orientação sexual, raça, etc. É inconcebível, por essa perspectiva, a multiplicidade de identidades dentro de uma mesma categoria dessas, assumida pelos indivíduos.

Como bem salienta Calhoun, Karl Marx e Friedrich Engels acreditavam que os trabalhadores de todo o mundo poderiam se unir em prol da superação das contradições de classe. Criam piamente que a solidariedade laboral seria um marco macro-identitário acima da nação. Ao convocá-los para uma luta de caráter mundial, não consideravam o grau de envolvimento dos proletários em outras redes de solidariedade imaginadas.

Marx and Engels were wrong to think that workers of the world had nothing to lose but their chains, and also that most would agree to place membership of the workers of the world ahead of membership of their individual nations, religions, and other cultural or ethnic groupings (CALHOUN, 1952/1997, p. 23).

Tão insuficiente quanto o pensamento essencialista são aquelas explicações pautadas pela eleição de uma variável-chave capaz de explicar a

emergência do nacionalismo. Nesse ponto, Calhoun (1952/1997, p. 21) se afasta das ideias de Gellner ao propor que “all these factors and others have contributed to the creation of nationalist movements and the currency of nationalist discourse. None of them explains them entirely”.

Discordando de Gellner, Calhoun propõe que as mudanças decorrentes do advento da industrialização não são suficientes para explicar o nacionalismo em si. Ainda, para Gellner, é o nacionalismo que gera as nações. Calhoun interpreta que não necessariamente a nação é criada como uma correspondência direta do princípio nacionalista. A homogeneidade não é um imperativo para todas as nações, embora seja para a maioria. Assim como a etnia, não se configura como um princípio único da identidade nacional. Existem nações que não são homogêneas ou que não combinam as fronteiras morais do Estado com a comunidade. Em suma, seguindo a proposta de Calhoun, devemos evitar cair no essencialismo que marca, sobremaneira, o discurso moderno oficial de construção do Estado.

Com isso, não se quer dizer que tudo no nacionalismo é novo, ou que os laços étnicos, de parentesco, religiosos ou culturais não são elementos importantes na construção de identidades coletivas. De um lado, Calhoun ressalta a existência da corrente teórica *construtivista* ou *instrumentalista*. Esses teóricos acreditam nos processos histórico e sociológico de construção da nação. As relações comunitárias não estão dadas. Elas são socialmente construídas. Os instrumentalistas acrescentam ainda que a nação é uma criação manipulada pelos líderes governamentais. Do outro lado do espectro, encontram-se os *primordialistas* que acreditam que a nação nasce de laços ancestrais pré-estabelecidos, culturais ou afetivos de uma determinada comunidade.

Calhoun aponta para a uma terceira via: a conciliação entre construtivismo e primordialismo. Sem descartar a importância do pensamento primordialista, o autor coloca que a descendência e o parentesco não desempenham o mesmo papel na organização das identidades nacionais. Assim, laços pré-existent, por si só, não explicam o nacionalismo. Calhoun parece tecer muito mais uma análise do que o nacionalismo não é ou da forma como não pode ser entendido do que o que o nacionalismo é.

É possível estabelecer aqui conclusões comparativas. Calhoun se aproxima de Gellner ao inferir que:

the discourse of nationalism developed partly in an effort to conceptualize identities on a scale and in a form commensurate to the development of modern capitalist markets and modern states with their intense administrative capacity and ability to mobilize citizens in war (CALHOUN, 1952/1997, p. 92).

As relações locais não são mais mecanismos suficientes de resposta ao desenvolvimento do sistema capitalista. Para Gellner, a variável capitalista na forma de desenvolvimento industrial tem um peso maior na construção da ideia de nação. Aqui, as perspectivas dos autores se divorciam radicalmente. Calhoun, muito mais próximo a Anderson, acredita nas diferentes formas de se imaginar comunidades.

A partir dos argumentos trabalhados até aqui, é possível concluir que a relação entre Estado e identidade nacional nem sempre foi ou é congruente. Apesar de o Estado ser uma condição fundamental para a nação como principal definidora de identidades coletivas do mundo moderno, ele não é suficiente. Além disso, enquanto Gellner elege uma variável principal (desenvolvimento industrial) como aquilo que irá definir a categoria nacional, Anderson e Calhoun destacam a importância de repensarmos a maneira como as identidades coletivas são construídas pelo e dentro do Estado. Argumentar que a nação é criada a partir do momento em que o Estado precisa organizar uma resposta ao progresso do modo de produção capitalista torna-se insuficiente se quisermos entender melhor a constituição de uma política de identidades.

Se pensarmos que, como salienta Calhoun referindo-se a Foucault, as identidades nacionais estão inscritas no próprio indivíduo e que enxergamos o mundo por “lentes nacionais”, devemos, portanto, recorrer ao arcabouço cultural e político dos participantes do próprio processo de construção do Estado. O Estado e sua organização burocrática foram os principais promotores desse desenvolvimento; porém, não foram os únicos.

Torna-se necessário considerar também a insuficiência das análises que tomam como base a ideia de laços primordiais, ancestrais e de clã como os principais promotores da ideia de nação. Gellner já aponta nessa direção ao propor que a educação direta e local não é mais suficiente como forma de resposta à variável exógena industrial. Laços impessoais sustentados por práticas

educacionais universais obteriam respostas mais vantajosas às demandas da evolução da humanidade.

Anderson e Calhoun, contrariando a análise mais teleológica de Gellner, avançam no argumento ao proporem que as identidades menos pessoais, mais indiretas, mais homogêneas e mutuamente reforçáveis típicas do nacionalismo não são desenvolvidas por esse ou aquele determinante, mas pela maneira como as comunidades se imaginam a partir de transformações históricas e ontológicas.

Por fim, ao longo do argumento dos três autores, ainda que Gellner acrescente o elemento poder à variável educacional, que Calhoun dê destaque aos esforços envidados pelas políticas nacionalistas de Estado homogêneo e que Anderson considere as relações de poder inscritas nas políticas coloniais e nas resistências vernaculares, o elemento *violência* parece ganhar pouco destaque no que se refere ao processo de construção do Estado e, conseqüentemente, das nações.

A ideia de conflito está presente, porém não conjugada ao cerne dos textos através da categoria *violência*. O conflito implica necessariamente a divergência de ideias e pode levar ou não à violência. A violência pode ser organizada ou não, monopolizada ou não, delegada ou não. No processo de construção dos Estados modernos em que a ideia de nação foi promovida como projeto político primeiro, qual é o papel da violência na organização desse arranjo? Como a violência estava organizada? De onde vinha e como era controlada?

Até aqui temos, portanto, referências que permitem compreender a formação de identidades coletivas pelo Estado. Porém, falta ainda relacionar identidade, violência e processo de expansão das capacidades do Estado. Os estudos de sociologia histórica apresentam a grande vantagem de nos revelar o complexo mundo das relações sociais das unidades políticas modernas e quais caminhos foram percorridos para se alcançar uma ligação mais estreita entre soberania e indivíduos a partir do processo de monopolização da violência.

A guerra e a preparação para ela sustentaram boa parte dessa tarefa, pois como uma das principais funções dos nascentes Estados modernos, elas ajudaram amiúde e sobremaneira na definição de limites entre o moderno e o não moderno, o nacional e o internacional.

2.2. Identidade nacional, Estado, guerra e recrutamento militar

Esta seção tem como objetivo destacar a relação entre a guerra (e a preparação para ela, mesmo em tempos de paz) e a política estatal de construção da identidade nacional. Portanto, necessariamente o papel das forças armadas na política e a formação de identidades nacionais operadas pelo Estado. A guerra como instituição e a forma como se apropriam dela, assim como o processo de monopolização dos meios de coerção, exerceram papel fundamental nos esforços dos Estados em definir identidades nacionais.

A Revolução Francesa se configura como um momento chave para a rearticulação das questões de poder. O processo de centralização política dos Estados não poderia mais ser baseado, exclusivamente, no poder do soberano e no aparato de segurança através das capacidades coercitivas.

Com o intuito de entendermos as transformações no poder da soberania política e a relação com a segurança dos Estados através da atuação das forças armadas, serão enfocados nas linhas que se seguem os argumentos de Alexis de Tocqueville (1805-1859/2009) para quem a Revolução operou um processo muito menos de transformação que de continuidade no poder político através de um grau maior de centralização política sem precedentes na história. Após, o argumento central de Charles Tilly (1990/1996) de que as guerras foram funcionais para o desenvolvimento das capacidades do Estado será recuperado. O Estado-nação, para Tilly, é uma forma muito recente desse desenvolvimento. As ideias de Michel Foucault (1975-1976/2005) sobre a gênese do poder soberano serão úteis no sentido de aclararmos os conflitos inerentes aos jogos de poder que ajudaram a construir e desconstruir esse poder. Ainda, serão analisados os estudos de Janice Thomson (1994) sobre a importância da violência não-estatal para a própria construção do Estado nacional. Outro expoente da sociologia história além de Tilly, Michael Mann (1993) fornecerá as bases sociais do poder dos Estados. Em especial, será focado aqui o poder militar e a sua rearticulação ao poder político e econômico no século XIX. Por fim, autores como Fabio Faria Mendes (1998/2010), Nuria Sales Bohigas (1968) e Fernando Dores Costa (1995) fornecerão um pano de fundo das dificuldades enfrentadas pelos Estados no processo de extração

de recrutas e consolidação das suas capacidades coercitivas no processo de rearticulação do poder soberano.

A opção por essa vertente pode ser explicada pela importância de considerarmos o conflito e a violência no processo de construção do Estado e das identidades nacionais. O próprio termo Estado-nação é separado por um hífen, o que denota que são categorias diferentes e que, em algum dado momento da história, esforços foram empregados em direção à sua concordância. Esse processo não foi marcado sem atropelos, de maneira regular e simultaneamente. Em suma, a ideia de nação pelo Estado perpassa a prática da violência, seja essa controlada ou não.

No geral, segundo Calhoun, a identidade nacional “was shaped by the process of state making, including wars, as well as by markets and transport and communications infrastructures” (CALHOUN 1952/1997, p. 11). A guerra é uma categoria central para entendermos a construção do Estado, apesar de não ser a única. Como visto anteriormente, outras categorias, processos e variáveis são empregados para o aprofundamento desse tema.

As tentativas estatais de homogeneização e centralização foram um passo importante no processo de construção do Estado através de um governo direto. Um novo arranjo administrativo conectando as pessoas comuns diretamente ao Estado serviria como modelo antagônico aquele exercido pelo poder das redes intermediárias. O modelo clássico de centralização político-administrativa empregado neste trabalho refere-se ao caso francês segundo a perspectiva de Alexis de Tocqueville (1805-1859/2009).

O processo de construção do Estado soberano francês tem o seu ponto de inflexão na Revolução Francesa. Através desse acontecimento a ideia de que o Estado e a nação são congruentes chegam à apoteose (CALHOUN, 1952/1997, p. 77). A ordem liberal implementada pela burguesia girondina nos idos da Revolução e principalmente após esse período conjugava a ideia de que o poder político só é legítimo quando reflete a vontade geral.

Em verdade, essa concepção já estava presente em Thomas Hobbes (1651/2004), de maneira diferenciada, quando ele propõe que, entre o soberano e a sociedade existe um contrato. Esse acordo seria necessário para dar fim às guerras de religião que punham risco existencial à sociedade europeia. A figura do soberano emerge como um representante do bem comum. Não se trata de

democracia, mas da ideia de que povo e soberano devem ser mutuamente identificáveis.

Segundo Alexis de Tocqueville (1805-1859/2009), a Revolução, apesar de desfazer as hierarquias de tipo medieval, não pretendia abolir o poder religioso ou debilitar o poder político. A revolução não traz a anarquia. Ela derruba as hierarquias, mas busca impor a universalização. A Revolução substitui a diversidade de poderes pela unidade de governo.

Em outras palavras, a Revolução foi muito mais conservadora que se imagina. Se, por um lado, “seu objetivo não foi apenas mudar um governo antigo, e sim abolir a forma antiga da sociedade, a Revolução Francesa teve de atacar simultaneamente todos os poderes estabelecidos” (TOCQUEVILLE, 1805-1859/2009, p. 11), por outro lado, ao afastar os escombros “divisareis então um poder central imenso que atraiu e engoliu em sua unidade as parcelas de autoridade e de influência que anteriormente estavam dispersas em uma infinidade de poderes secundários” (TOCQUEVILLE, 1805-1859/2009, p. 11).

Apesar de a França ser um dos países europeus onde as instituições medievais eram menos opressoras, a Revolução aconteceu aí. O camponês francês era relativamente livre se comparado ao campesinato da Alemanha, por exemplo, que sofria encargos feudais mais onerosos. O nobre/senhor francês já no século XVIII, em decorrência do delicado equilíbrio com a monarquia, já não controlava as bases territoriais locais como em tempos medievais. “Não apenas o senhor já não dirigia a administração de todos [os] pequenos assuntos locais como também não a fiscalizava” (TOCQUEVILLE, 1805-1859/2009, p. 34). Na França, os nobres apesar de possuírem privilégios próprios do segundo estado já não contavam mais com poderes diretos sobre os camponeses, com algumas exceções como na aplicação da justiça.

O camponês francês era relativamente livre, muitas vezes proprietário de terras. Era, portanto, sensível aos diversos encargos que pesavam sob a sua propriedade. Se estivesse mais preso ao regime de tipo feudal como na Alemanha, não teria sentido tanto a pressão dos encargos, uma vez que enxergaria a situação como naturalmente típica da ontologia medieval. Por isso, na França, segundo Tocqueville (1805-1859/2009), os encargos feudais eram muito mais odiados que em qualquer outro lugar.

Esse país, para o autor, é um exemplo ímpar de centralização político-administrativa. O rei, a cabeça do corpo hobbesiano, estava acima de todos e confiava os assuntos internos aos cuidados de um único agente, o inspetor geral. Era ele que cuidava do andamento rotineiro das atividades nas províncias, apesar da existência do ministro de província. Porém é o intendente “que possui toda a realidade do governo” (TOCQUEVILLE, 1805-1859/2009, p. 43). Trata-se de um homem de origem comum escolhido pelos membros do Conselho de Estado. Exerce os cargos de administrador e juiz. Age em nome dos interesses do governo. Os nobres franceses viam o intendente como um intruso do governo central. Tanto a talha real quanto o recrutamento militar eram levados a cabo por esses agentes do governo central.

A Revolução parece ter se aproveitado dessa estrutura para dar continuidade ao processo de construção de um Estado nacional unitário e altamente centralizado. O processo de homogeneização da população, para Tocqueville, é uma consequência da centralização administrativa

Mencionei como, em quase todo o reino, já há longo tempo a vida particular das províncias estava extinta; isso havia contribuído bastante para tornar todos os franceses muito parecidos entre si. Através das diversidades que ainda existem, a unidade da nação já é transparente; a unidade da legislação a revela (TOCQUEVILLE, 1805-1859/2009, p. 87-88).

As divisões entre os estamentos na França eram mascaradas por essa aparente homogeneidade. Os nobres estavam em decadência devido à perda da terra que, cada vez mais era assumida e trabalhada pelos camponeses mais enriquecidos. A nobreza, de guerreira medieval, havia se tornado membro direto da sociedade de corte.³ A burguesia agrupava-se como uma classe ciosa de direitos políticos. Isso tudo geraria uma situação explosiva na França, que levaria em última instância à Revolução.

No final das contas, as redes intermediárias na França caíram. Elas não resistiram há anos de controle político por parte do rei e à luta política de um terceiro estado liderado pela alta burguesia girondina. O “novo” modelo implantado rezava a cartilha política do Antigo Regime. O rei caiu, mas não morreu. Não pelo menos a sua sombra política. O Estado francês que emergiu da

³ Cf. ELIAS, N. A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Revolução extirpou a organização política de tipo antigo, porém não eliminou a soberania do poder político. Pelo contrário, reforçou-a.

A homogeneização interna ao Estado facilitava o surgimento da consciência de uma origem comum em uma determinada comunidade política. Dessa forma, tornava-se mais fácil se unir para enfrentar as ameaças externas, que estavam presentes justamente porque, para Charles Tilly, foram elas as grandes responsáveis pelo surgimento do Estado nacional.

Segundo Tilly (1990/1996), um Estado é caracterizado pelas organizações que aplicam a coerção. A sua formação não pode ser explicada por variáveis exógenas ou endógenas, políticas ou econômicas, de maneira isolada. Da mesma forma, as análises que compreendem a emergência do Estado moderno a partir do modo de reprodução interno às unidades também não podem ser consideradas satisfatórias. Para a obtenção de respostas mais consistentes, os Estados não podem ser estudados isoladamente, mas sim a partir da relação entre eles. É a partir dessa relação que surge um esforço não deliberado de promoção dos interesses estatais que levaram ao mesmo tempo à sua própria formação. A guerra é o fenômeno, por excelência, que pauta essa relação entre Estados em construção.

Aqueles indivíduos que controlam os meios de coerção tendem a aumentar o seu poder. Dependendo das suas capacidades, podem sair vitoriosos ou derrotados. A preparação para a guerra, liderada pelos indivíduos que controlam os meios de coerção, leva à criação de organismos seminais para o desenvolvimento estatal. Esses líderes tendem a extrair material humano e capital de quem tem, possa e/ou quer fornecer. A política de extração gera, em última instância, as estruturas organizacionais centrais dos Estados.

De acordo com Tilly (1990/1996), esse processo não foi simultâneo, muito menos idêntico no interior do continente europeu. Ele apresentou diferenças basicamente decorrentes da operação de duas variáveis: regiões de intensa aplicação de coerção (áreas ruralizadas) e áreas de grande inversão de capital (zonas urbanas e de comércio mais desenvolvido). Os Estados que seguiram a primeira trajetória conseguiram cooptar os proprietários rurais e sujeitar o clero e os camponeses. Esse é o caso típico da Rússia e da autocracia czarista. Nos Estados que se desenvolveram de acordo com a segunda trajetória, a proeminência dos grupos capitalistas ao mesmo tempo em que permitiu o fornecimento de recursos ao rei, colocou limites à sua autoridade. É o caso dos Países Baixos. Tilly

propõe uma categoria de interseção: a dos Estados que combinaram capital doméstico proveniente das classes mais capitalizadas com relações de negociação facilitadoras da criação de forças armadas maciças. São exemplos desse tipo, os casos clássicos, França, Inglaterra e Prússia.

É possível concluir que, para o autor, “os Estados que tinham acesso a uma combinação de amplas populações rurais e capitalistas e economia relativamente comercializadas triunfaram” (TILLY, p. 62). Esses Estados colocaram os termos da guerra e ajustaram a formação de um sistema internacional. Os Estados ótimos seriam, portanto, aqueles em que a manipulação do capital e a concentração dos meios de coerção fossem racionalizadas sem grandes obstáculos pelo poder central. Essa seria a explicação para a sobrevivência darwinista no sistema dos Estados nacionais e não dos Impérios ou dos sistemas de soberania fragmentada, formados pelas cidades-Estado ou federações urbanas. Assim é que a modernidade, segundo Rob Walker (2006), cria o seu duplo *outside* internacional: a contraposição *inside/outside*, respectivamente doméstico e internacional e a contraposição internacional moderno/outras formas institucionais e de vida comunitária.

Os governantes dos Estados em formação precisaram lidar com as insistentes resistências locais ao seu projeto de centralização e homogeneização. Somente a partir da Revolução Francesa é que as formas de governo indireto se tornaram mais escassas, embora ainda não exterminadas por completo.

Tilly (1990/1996) periodiza a historicidade do processo por ele analisado ao categorizar as transformações na forma de fazer guerra e na organização do próprio Estado. A primeira fase das mudanças é conhecida como patrimonialismo (990 – século XV). As forças consuetudinárias exercem o poder principal. A segunda fase é a corretagem (1400 – 1700): o exército não é nacional, mas composto por mercenários que, junto com os governantes, precisam das rendas advindas dos capitalistas. Na fase da nacionalização (1700 – 1850), os Estados criam exércitos nacionais que passam a ter ligação direta com a estrutura do Estado. Na última fase da especialização (século XIX até recentemente), ocorre a divisão de trabalho entre forças policiais e forças armadas.

Ao longo desses quatro períodos, as cidades desempenharam papel central na relação com o Estado. Eram basicamente das cidades e do comércio delas com o campo que as rendas estatais que sustentavam os meios de guerra provinham.

As cidades moldaram os destinos dos estados, sobretudo por servirem como pontos de recebimento e distribuição de capital. Por meio do capital, as classes dirigentes urbanas estenderam a sua influência a todo o interior urbano e através de redes extensas de comércio. [...] Os estados, por sua vez, atuam, sobretudo como receptáculos e aplicadores dos meios de coerção, especialmente a força armada (TILLY, 1990/1996, p. 104).

As cidades precisavam dos especialistas em coerção para se protegerem contra ameaças de fora e, por isso, buscaram o Estado. O Estado precisava das rendas advindas das classes cidadinas para investir nos meios de coerção. A coerção desenvolvida pelo Estado era tanto interna quanto externa. E por isso mesmo a divisão entre o interno e o externo foi se estabelecendo. Interna porque o Estado precisava suprimir os inimigos internos e transformar a comunidade em doméstica e, por isso, política. Externa porque os Estados precisavam enfrentar a ameaças de outros Estados. Trata-se de um tipo de coerção direcionada para a guerra. As distinções entre guerra e paz começam a aflorar.

Para Tilly (1990/1996), diferentemente de Gellner, um Estado-nação pode ser entendido como tal a partir do momento em que ele controla os meios legítimos de coerção, conforme colocado por Max Weber. Para Gellner (1952/1997), um Estado se torna uma nação, a partir do momento em que ele possui o monopólio legítimo da educação.

Na Idade Média, ainda na primeira fase proposta por Tilly, o rei comandava pessoalmente os esforços bélicos. Guerras que envolviam comunidades inteiras eram travadas, muitas vezes, por paixões pessoais. A separação entre público e privado não se fazia presente. A autoridade feudal não possuía base territorial (apesar de estar fincada em um território), mas em laços vassálicos e de parentesco. Ao longo da era moderna, o rei busca colocar cada vez mais as forças armadas sob a sua autoridade. Como salienta Tilly: “os governantes estavam empenhando-se mais em concentrar a coerção do que havia feito quaisquer outros” (1990/1996, p. 109). Na Espanha “Filipe II, por exemplo, colocou intencionalmente sob o controle direto do governo as forças armadas cujos comandos, durante o reinado de Carlos V, seu pai, haviam sido quase que posses privadas dos grandes” (TILLY, 1990/1996, p. 109).

O governo direto ganhou impulso “quando os governantes negociaram com as suas populações impostos maciços, serviço militar e cooperação em

programas estatais” (TILLY, 1990/1996, p. 118). As redes intermediárias estavam com os seus dias contados, assim como salientou Tocqueville.

Outro exemplo claro de pacificação interna dado pelo autor é o de Luís XIII na França, que demoliu mais fortalezas no interior que construiu. Porém, as reconstruiu nas fronteiras. O objetivo era submeter as autoridades locais à hierarquia cada vez mais centralizada do Estado. “A distinção entre política interna e externa, que antes não era muito clara, tornou-se relevante e decisiva” (TILLY, 1990/1996, p. 126). A noção weberiana de Estado passa a fazer sentido completo para Tilly.

O processo de homogeneização e o desenvolvimento do governo direto buscado pelo Estado encorajaram o florescimento do nacionalismo ao propor uma forte identificação do povo com o próprio Estado. A vida interna homogeneizou-se e a externa heterogeneizou-se, nas palavras de Tilly. As guerras fizeram o Estado e o Estado, as guerras. Essa frase resume satisfatoriamente o argumento do autor.

Advogando uma perspectiva diferenciada daquela destacada por Tilly, Michel Foucault se apropria das mesmas questões debatidas até aqui só que de outro ângulo. Nas aulas (1975-1976) que se tornaram um livro chamado *Em Defesa da Sociedade* (2005), Foucault se questiona se é apropriado inverter o aforismo clausewitziano de que a guerra é a continuação da política por outros meios, para analisar as relações sociais. Na obra, ele pretende traçar uma análise genealógica dessa questão. De fato, ele não está interessado em afirmar uma ou outra conclusão, mas de, através da abordagem genealógica, questionar as relações de poder inseridas em diferentes discursos de dominação e afirmação. Foucault entende a guerra na sociedade muito mais em termos figurados.

Existem dois tipos de conhecimento: oficial e sujeitado. O último é entendido como tal porque ele foi derrotado na guerra contra discursos opostos. O que Foucault busca, brilhantemente, fazer é, genealógicamente, restaurar conhecimentos históricos subjugados com o objetivo de questionar os conhecimentos dominantes.

trata-se, na verdade, de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento

verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns (FOUCAULT, 1975-1976/2005, p. 13).

No *Em Defesa da Sociedade*, Foucault (1975-1976) argumenta: Se o poder é uma relação de poder, por que não deveríamos analisar o poder em termos de guerra? Por que o poder e, conseqüentemente, a política não deveriam ser uma continuação da guerra por outros meios? Se aceitarmos essa visão, isso implica dizer que mesmo em tempos de paz, a guerra silenciosamente ocorre.

A ideia de sociedade estatal pode ser entendida de diferentes modos. O primeiro modo é pelo discurso desenvolvido pelos filósofos do século XVIII. Esse é o discurso que legitima o poder soberano pelas relações contratuais. Para que fique segura, a sociedade dá poder e legitimidade ao rei. Esse entendimento canônico é melhor desenvolvido por Thomas Hobbes, em seu famoso *Leviatã* (1651/2004). Ele envolve a dinâmica entre segurança e liberdade, como Andrew Neal (2004, p. 374) coloca:

Hobbes remains the best expression of the tension between liberty and security. In his *Leviathan*, Hobbes was the first to posit the idea of the naturally free and equal individual 'subject', thus laying the foundations for liberal political thought. But Hobbes also offered, in his 'state of nature', a terrifying vision of the consequences of universal freedom and equality. In this way, Hobbes established an existential necessity for natural freedom to be limited by an unlimited state sovereignty that is also terrifying, but not as terrifying as the state of nature.

O outro discurso é o da guerra: a continuação da relação de dominação mesmo em tempos de paz. O discurso tem como objetivo mostrar os limites do poder soberano. É nisso que Foucault está interessado: “Tomar o poder em suas formas e em suas instituições mais regionais, mais locais, sobretudo no ponto em que esse poder, indo além das regras de direito que o organizam e o delimitam, se prolonga, em consequência, mais além dessas regras” (FOUCAULT, 1975-1976/2005, p. 32). O poder está micro fracionado. Ele não se estende para o resto da sociedade a partir de um centro, unicamente. O poder está em todo lugar.

Na realidade, Clausewitz inverte a lógica de que a política é a continuação da guerra por outros meios. O discurso da guerra emergiu no século XVI como um modo do sujeito traçar a sua própria perspectiva. Esse discurso é um ato político baseado em uma linguagem contrária ao Estado soberano. Esse discurso é defendido pelos nobres que desejam limitar o poder do rei na relação de força.

Posteriormente, ele será usado pela burguesia para “cortar a cabeça do rei”, literalmente. O mesmo discurso, reapropriado, é usado por classes distintas: pelos aristocratas e pela burguesia. O soberano é visto como um inimigo por esses grupos. É uma guerra de raças. A raça não é entendida aqui exclusivamente em termos étnicos, mas como qualquer classificação de interesses, classe, hierarquias, posição, etc.

Em resumo, de um lado temos Hobbes em seus termos jurídico-filosóficos em defesa do rei e, do outro lado, um discurso contra-histórico em defesa do *eu* contra o opressor e o projeto universalizante. “O discurso filosófico-jurídico de Hobbes foi uma maneira de brechar esse historicismo político que era, pois, o discurso e o saber efetivamente ativos nas lutas políticas do século XVII” (FOUCAULT, 1975-1976/2005, p. 133).

A Revolução Francesa trouxe a burguesia ao poder político através do mesmo discurso empregado pelos nobres, mas em maneira diferente. Uma vez no poder, a burguesia e a sua revolução se livram da guerra como um discurso da história. Nasce outro discurso dominante. O terceiro estado, ou pelo menos parte dele, antes um habitante do *locus* particular, ascende ao universal.

Quando o rei era a cabeça da sociedade, Foucault identifica o desenvolvimento da disciplina como uma normalização dessa sociedade. O autor se refere ao poder disciplinar aplicado a cada corpo humano, pessoa, indivíduo. O rei é o soberano que tem o direito sobre a vida e sobre a morte: o direito de fazer morrer ou deixar viver. No século XIX, o direito é muito mais de fazer viver ou deixar morrer. O soberano tem menor poder sobre a morte. A morte se torna algo privado. Esse segundo direito é conduzido ao homem como espécie, não como indivíduo. Ele não é mais aplicável ao corpo humano, mas ao corpo social. O rei baseia a sua autoridade no biopoder. As normas se tornam a conexão entre essas duas formas de regulação. “A sociedade da normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação” (FOUCAULT, 1975-1976/2005, p. 302).

Como pode, apesar de todo o poder soberano, o rei ter a sua cabeça cortada? De fato, o rei foi guilhotinado? Literalmente sim, figurativamente não. De acordo com Andrew Neal, Foucault não cortou a cabeça do rei. Foucault promoveu um estudo genealógico de como o discurso da guerra se tornou uma ação política contra o discurso soberano.

Contrary to all this however, in *Society Must Be Defended* Foucault does not simply argue that politics is war by other means. While he may explore that notion, he certainly does not posit it as a present-day response or alternative to the problem of modern juridical sovereignty. Although the inviting provocations of the course synopsis may lead one to draw that conclusion, the narrative of the course in its entirety suggests a more complicated reading. In fact, Foucault's argument is precisely the opposite of what has often been understood (NEAL, 2004, p. 390).

No livro, Foucault analisa como a narrativa da nação soberana inverteu a narrativa que entende a política como a guerra por outros meios. O Estado moderno continua a ser ainda o principal paradigma de análise das relações sociais. A burguesia no poder não mais luta contra o rei, mas pelo Estado-nação, tentando promover uma conexão direta dos cidadãos à nação e tentando ligar a nação ao Estado, tal como salientado por Gellner como um imperativo moral.

A obra seminal de Hobbes (1651) é fundamental para entendermos as conclusões de Foucault. Hobbes escreve em pleno século XVII na Inglaterra, em um momento de “guerra de todos contra todos”. Os conflitos religiosos e políticos protagonizados pelo rei, aristocracia e burguesia serviram como pano de fundo para a emergência do Leviatã.

Segundo Foucault (1975-1976/2005), em sua obra, Hobbes não evoca a guerra em si com batalhas, armas e sangue. Trata-se de uma guerra entre iguais ou com oponentes que apresentam pouca disparidade. Quanto mais díspares são os lados opostos, maior a probabilidade de haver uma guerra real, porque o mais fraco se resistir, será vencido pelo mais forte. A possibilidade de não ocorrer uma guerra entre lados muitos díspares seria se o mais fraco aceitasse o poder do mais forte.

No caso estudado, o enfrentamento efetivo é quase que inexistente para Foucault, uma vez que os dois lados não possuem diferenças de poder suficientes em que um possa impor uma vitória fácil ou certa sobre o oponente. Ao se referir à guerra, Hobbes estaria, portanto, tratando de três elementos: das representações calculadas, das manifestações enfáticas e acentuadas de vontade e, por último, de táticas de intimidação entrecruzadas. Está-se no “estado de guerra”:

O que se encontra, o que se enfrenta, o que se entrecruza, no estado de guerra primitiva de Hobbes, não são armas, não são punhos, não são forças selvagens e desenfreadas. Não há batalhas na guerra primitiva de Hobbes, não há sangue, não

há cadáveres. Há representações, manifestações, sinais, expressões enfáticas, astuciosas, mentirosas; há engodos, vontades que são disfarçadas em seu contrário, inquietudes que são camufladas em certezas. Está-se no teatro das representações trocadas, está-se numa relação de medo que é uma relação temporalmente indefinida; não se está realmente na guerra (FOUCAULT, 1975-1976/2005, p. 106).

É esse estado de guerra, para Hobbes, e não a guerra em si que fornecerá o pano de fundo para a existência do Estado. Como ressaltado segundo Andrew Neal (2004), é a tensão entre segurança e liberdade que levará a instituição do soberano. Para Hobbes, essa soberania pode ser de dois tipos: de instituição e de aquisição. A primeira é a mais comum e já retratada aqui. Os homens, com o objetivo de abandonar o “estado de guerra”, se fazem representar por um líder soberano ou por uma assembleia soberana.

No segundo caso, a soberania é obtida a partir de uma relação de força. Um Estado soberanamente instituído ataca outro Estado e vence a guerra (de caráter real). Os vencedores têm dois caminhos: matar os vencidos e acabar com a sua soberania ou deixá-los viver. Estes podem se revoltar contra os vencedores ou obedecer-lhes seguindo as suas regras. Para Hobbes, no segundo caso, não temos uma situação de dominação, mas de soberania. Os vencidos rearticulam uma soberania e projetam nos vencedores a visão de novos representantes do povo.

É possível concluir que a soberania, mesmo no caso dos derrotados, é formada pela vontade de geral de querer viver, ou seja, a soberania vem sempre de baixo. Nunca é imposta pelo mais forte. Os derrotados poderiam rebelar-se contra os vencedores e os vencedores poderiam reagir exterminando os mais fracos. Nesse caso, não teríamos soberania.

A ideia central de Hobbes, para Foucault, é eliminar a guerra como a gênese da soberania. Pouco importa se o Estado é soberano por instituição ou por aquisição.

No fundo, o discurso de Hobbes é um certo ‘não’ à guerra: não é ela que se vê transcrita nas relações de soberania ou que reconduz ao poder civil – e às suas desigualdades – dissimetrias anteriores de uma relação de força que teriam sido manifestadas no próprio fato da batalha (FOUCAULT, 1975-1976/2005, p. 112).

Hobbes objetivava calar o saber histórico que colocava a guerra como centro das relações sociais. Hobbes queria calar o questionável. “Numa palavra, o

que Hobbes quer eliminar é a conquista, ou ainda a utilização, no discurso histórico e na prática política, desse problema que é o da conquista” (FOUCAULT, 1975-1976/2005, p. 113). Guerra e não guerra, conquista e não conquista se tornam sinônimos. Ainda que consideremos a ideia da conquista, Hobbes argumentaria: “se quiserdes realmente que tenha havido uma conquista, encontrareis ainda o contrato, a vontade amedrontada dos súditos” (FOUCAULT, 1975-1976/2005, p. 113).

No século XVII, a Inglaterra sofria fortes convulsões sociais decorrentes da disputa entre burguesia de um lado e aristocracia e monarquia do outro. Além disso, por mais que Hobbes quisesse apagar o discurso da conquista, ele estava presente na veia inglesa. Aliás, essa problemática é central para a construção do Estado inglês e para a relação de identificação entre governantes e governados.

Foucault tem como objetivo, justamente, explorar esse saber histórico contra-hegemônico. Segundo Neal (2004, p. 390), “the historico-political discourse of which Foucault writes was a history that is the complete antitheses of the history of sovereignty, as constituted up to that time”. A clivagem gerada pelo problema da conquista merece melhor ser tratada.

A presença da conquista da Saxônia pelo normando Guilherme, em Hastings, em 1066, se inscreve na Inglaterra nos rituais de apresentação dos monarcas, no direito inglês transcrito em francês, nos mitos, lendas e contos. De um lado, temos uma aristocracia e uma monarquia que advogavam a descendência à causa normanda. Do outro, narrativas populares defensoras de uma causa inglesa. A guerra das raças é reapropriada por cada grupo social na Inglaterra conforme seus interesses e objetivos.

Os grupos componentes do Parlamento negavam a conquista normanda de Guilherme, uma vez que, para eles, Guilherme era um rei legítimo porque havia aceitado se submeter às leis saxãs. A batalha de Hastings não gerou a dominação normanda sobre a Inglaterra, mas a rearticulação da ideia de soberania. Guilherme não poderia receber a alcunha de *O Conquistador* em sentido militar.

E Guilherme, aliás, prestara juramento, fora coroado pelo arcebispo de York; haviam-lhe dado a coroa e ele se comprometera, no decorrer dessa cerimônia, a respeitar as leis das quais os cronistas diziam que eram leis boas, antigas, aceitas e aprovadas. Logo, ele estava vinculado ao sistema da monarquia saxã que o havia precedido (FOUCAULT, 1975-1976/2005, p. 122).

A conquista de Guilherme, de acordo com os parlamentaristas, não foi a militar da batalha de Hastings, mas o “normandismo” aplicado após a sua posse legítima. A política de favorecimento das classes normandas seria vista como uma espoliação passível de ser comparada a uma conquista. As Revoluções Inglesas lideradas pelos parlamentares impuseram limites ao poder do soberano a partir dessa percepção. O que Hobbes queria afastar era justamente essa clivagem da guerra de raças.

O saber histórico sujeitado dos parlamentares foi empregado pelos grupos mais radicais, como os *diggers* e os *levellers*, em outros termos. Para os niveladores, a conquista ocorreu e a monarquia baseou sua autoridade aí. Ora, tratando-se de uma conquista de um povo estrangeiro, então o rei e seus aliados não possuem legitimidade suficiente que garanta a monarquia absolutista. As leis na Inglaterra baseadas no normandismo “não são de modo algum limites de poder, mas instrumentos de poder” (FOUCAULT, 1975-1976/2005, p. 128).

Essas reivindicações não eram pontuais. A guerra de raças na Inglaterra ligava-se pela primeira vez ao tempo vazio e homogêneo proposto por Anderson (1983/1993). Origem, ancestralidade e língua eram ligados ao tempo histórico, através do discurso hobbesiano, como uma forma de gerar uma continuação histórica legítima entre passado e presente. Os saberes sujeitados trouxeram à tona a problemática da continuidade histórica.

Segundo Rob Walker (2006), a própria construção do mundo moderno e, conseqüentemente, do Estado moderno seja pela soberania da instituição ou da aquisição, nos termos de Hobbes, coloca claros limites às possibilidades políticas. O mundo moderno rearticula as dimensões temporal e espacial ao propor não só a diferenciação entre o que está dentro e o que está fora das fronteiras estatais, mas também entre o que está dentro do moderno e o que está fora do moderno.

Ao assumir o contrato como forma de segurança, o homem assume a sua subjetividade moderna, diferenciando-se de outras comunidades políticas no tempo e no espaço. O Império, a Igreja, as cidades-Estado, as ligas comerciais, grupos indígenas, etc.: todos foram deixados do lado de fora do internacional moderno, tanto no tempo, quanto no espaço. A modernidade para existir como tal precisa reforçar a ausência.

Modern political life has been expressed through two tropes working in tandem but in two different contexts. There has been the trope of friend and enemy within the international: the trope of war and peace among sovereign state [...]. And there has been the trope of civilized and barbarian that can be applied to colonial or developing states who ought to be coming into the international (WALKER, 2006, p. 68).

O indivíduo fora do contrato reside, pois, no *outside* da comunidade política nacional e internacional. Isso porque, como já salientado, se ele não possui uma identidade nacional e, conseqüentemente, não é um membro de um Estado representado na comunidade internacional, sua condição de sujeito moderno fica impossibilitada.

O elemento que reside fora do Estado moderno, é, aliás, para Janice Thomson (1994), peça-chave para compreendermos o processo de desenvolvimento do próprio Estado e a consolidação das fronteiras que separam o *inside* do *outside*. A autora em seu livro *Mercenaries, Pirates and Sovereigns: state-building and extraterritorial violence in early modern Europe* (1994) promove uma dura crítica às teorias clássicas das Relações Internacionais, em especial à corrente realista, que engessam a noção de soberania ao instituí-la como ahistórica e imutável. Segundo a autora, o significado de soberania não pode ser vista como dotado de apenas um sentido.

A política implica o exercício de autoridade, e segundo Thomson (1994), os Estados modernos promoveram um esforço contínuo na tentativa de monopolização da violência. Eles tiveram que negociar com os grupos domésticos detentores de poder para levar a cabo a centralização política monárquica. Para promover a guerra, os Estados precisaram envidar esforços contínuos e conceder direitos políticos e de propriedade a grupos socialmente poderosos. Extrair recursos e recrutas para conflitos externos apresentava-se como uma tarefa árdua e penosa. Os Estados soberanos, no início da modernidade, não monopolizavam a violência dentro do seu próprio território. Eles apenas promoveram tentativas nessa direção. “Authority and control over domestic violence was dispersed, overlapping, and democratized” (THOMSON, 1994, p. 3). Negócios privados, grupos rivais ao Estado, nobres armados com exércitos locais, etc. Todos colocaram sérios limites à soberania do Estado. Reivindicavam o uso da violência e foram eles que forneceram os principais recursos para as guerras em troca de direitos já ressaltados anteriormente.

E quanto à violência além das fronteiras territoriais do Estado moderno? Se por um lado o Estado buscou o monopólio da violência dentro do seu território através de um jogo de negociação com os grupos sociais domésticos mais poderosos e bem equipados, como o Estado controlou a violência que se manifestava fora de suas fronteiras, mas que emanava de dentro delas? Essa é a pergunta de pesquisa desenvolvida por Thomson na obra.

Enquanto entidade “soberana”, o Estado ainda não era capaz de exercer controle efetivo sobre as práticas de violência fora de seus limites modernos. Foi somente a partir do século XIX, momento em que os Estados passaram a constituir um verdadeiro sistema de Estados nacionais, que as práticas de violência não-estatal foram controladas e/ou eliminadas progressivamente. O Estado nacional buscou, com alto grau de sucesso, monopolizar a violência que por muitos anos ele não obteve controle. Essa redefinição da soberania só foi possível pelo caráter sistêmico em que as relações internacionais operavam a partir de então através das instituições internacionais.

Como resquícios do medievo feudal e a despeito das políticas de centralização dos Estados absolutistas modernos, os decisores precisaram lidar, constantemente, com sujeitos detentores de poder nas localidades. A violência foi, portanto, mercantilizada, democratizada e internacionalizada. Em outras palavras, o uso da violência foi deixado também para atores não-estatais e diretamente relacionado às práticas de mercado. Um exemplo claro dessa situação se deu através do emprego, pelo Estado, de mercenários em seus exércitos. Além do mercenarismo, Thomson avalia outras formas de violência não estatal como o corso e as companhias de comércio.

Os Estados recorriam a essas instâncias, uma vez que, apesar de territorialmente soberanos, a funcionalidade da soberania, que é a autoridade reivindicada pelo Estado sobre as suas funções, não estava satisfatoriamente desenvolvida em relação ao monopólio da violência. Por necessidades práticas, como a falta de receita, com vistas à exemplificação, os decisores soberanos recorreram a tais meios. As políticas de colonização e ocupação efetiva do Brasil com base no sistema de capitânicas hereditárias e sesmarias podem ser entendidas desta forma. Sem recursos suficientes, a coroa portuguesa transferiu a particulares o “ônus” dos negócios coloniais. As cartas de doação e foral atestam essa qualidade ao estabelecer direitos e deveres aos capitães donatários, que

respondiam ao rei. De maneira geral, as expedições colonizadoras desenvolvidas nos estertores da política mercantilista, típica da expansão marítima e comercial europeia, testemunharam a centralidade das companhias comerciais no desenvolvimento dos interesses das coroas. Por vezes, poderes soberanos eram a elas delegados:

Mercantile companies were, as a rule, granted full sovereign powers. In addition to their economic privileges of a monopoly on trade with a given region or in a particular commodity¹²⁸ and the right to export bullion, they could raise an army or a navy, build forts, make treaties, make war, govern their fellow nationals, and coin their own money (THOMSON, 1994, p. 35).

Ocorre um embaçamento teórico e prático entre autoridade estatal e não-estatal, entre o político e econômico. Particulares falam em nome do “poder” público. Essas práticas, apesar de pouco comuns na política internacional no início da modernidade, tornavam-se cada vez mais não só utilizadas, mas até mesmo bastante estimuladas pelos Estados.

Mesmo com a falência do sistema feudal, os senhores locais ainda possuíam alto poder de barganha e, por isso, atrapalhavam sobremaneira os planos centrais quando lhes era conveniente. O fornecimento de homens na Europa do Antigo Regime para campanhas externas se viu engessado em decorrência de situações que, muitas vezes, fugiam ao controle dos líderes estatais. Diante desse quadro, as guerras entre os Estados empregavam, abundantemente, mercenários. Thomson emprega o termo mercenarismo “to refer to the practices of enlisting in and recruiting for a foreign army” (THOMSON, 1994, p. 27).

Devido às dificuldades de recrutamento e aos limites do poder central, a prática do corso também foi amplamente empregada em campanhas de guerra. Os Estados autorizavam o ataque aos navios inimigos. Parte do butim adquirido em nome do Estado passava à posse dos corsários.

A pirataria, diferenciada do corso, por não ser autorizada ou por não agir em nome do Estado não pode ser visto como um típico caso de violência não-estatal institucionalizada pelo rei, apesar das fronteiras práticas e teóricas entre as duas categorias não se apresentarem de maneira clara. Quando as atividades de corso terminavam (quando terminada uma guerra, por exemplo), muitos corsários voltavam a praticar saques pautados por interesse privados e/ou coletivos, embora não públicos, sendo qualificados, portanto, como piratas.

A contrapartida da recorrência a essas práticas é a de que nem sempre o efeito final era o desejado. Além de ver reduzida sua autonomia ao conceder “carta branca” à atuação desses atores intermediários / locais, o Estado tinha a sua soberania muitas vezes questionada pelos comissionados. O que fazer com corsários que se tornam ou voltam a ser piratas quando finalizada uma guerra, ameaçando a autoridade do Estado? Como fazer com os exércitos oponentes de mercenários de um mesmo Estado que se recusam a lutar? Como um Estado poderia reivindicar neutralidade, se mesmo oficialmente não participando de determinada guerra, empregava súditos seus no combate? O que fazer com as companhias mercantis que agindo soberanamente travavam guerras contra outras companhias de um Estado amigo? E quando elas desafiavam a própria soberania da metrópole?

The unintended consequence of authorizing non state violence was the empowering of individuals to act independently of their home state. As all of these cases indicate, the ties between the state and its subjects were tenuous; given the chance, individuals would express their independence from state goals, interests, and policies, and go their own way. Ultimately, pirates, mercenaries, and mercantile companies challenged the sovereignty of the nascent national state itself (THOMSON, 1994, p. 68).

As próprias consequências não deliberadas geradas pelo emprego da violência não-estatal é que fizeram com que os Estados de maneira não sistemática (*ad hoc*), mas, sistemicamente, desenvolvessem políticas legais de controle, combate e supressão das fontes desafiadoras da autoridade estatal.

O mercenarismo, por exemplo, era incompatível com os planos de um exército nacional de massas. O desenvolvimento de uma força desse tipo esbarrava na necessidade de extinção da compra e venda de estrangeiros para os exércitos. Os mecanismos de mercado não poderiam operar na tarefa do recrutamento se os planos dos Estados incluíam exercer controle direto sobre seus cidadãos ou súditos formando um exército nacional pautado pelo recrutamento universal com o objetivo de ganhar uma guerra (que ocorre no âmbito internacional).

Em suma, de acordo com a autora, os problemas gerados por esses atores para as relações internacionais é que levaram à erradicação da violência não estatal. O sistema internacional, longe de constranger a política doméstica

segundo as abordagens sistêmicas mais tradicionais, deve ser visto como fonte de poder para as ações estatais. Corsários, mercenários e companhias de comércio não passaram a ser inimigos dos seus Estados de origem. Os Estados não promoveram esforços de perseguição sistemática a essas entidades. Sua supressão foi decorrente de políticas tratadas em sistema pelas unidades. Os efeitos dessas políticas é que levaram à extinção da violência não-estatal (THOMSON, 1994).

Foi somente a partir do momento em que os Estados adquiriram maior capacidade de controle sobre seus súditos/cidadãos e que suas capacidades militares e burocráticas se desenvolveram é que o Estado pode avançar na tese weberiana de monopólio doméstico da violência e conseqüentemente de maior controle da violência a partir de seu próprio território.

As três principais formas de violência não-estatal estudadas pela autora (corso, mercenarismo e companhias de comércio), foram eliminadas do sistema internacional após as Revoluções Francesa e Americana. A pirataria, não. Thomson (1994) coloca que a institucionalização dos direitos do cidadão pelas revoluções liberais definiu um claro limite à atuação dos indivíduos (direitos e deveres) no sistema internacional. Até o momento em que a soberania não residia no indivíduo, mas no monarca, as práticas de violência não estatal eram estimuladas. Já os valores do Estado nacional (soberania reconfigurada) não são congruentes com as práticas de tempos pregressos.

As transformações operadas no século XIX a partir da concretização dos ideais liberais e do desenvolvimento do próprio Estado também são tema de estudo de Michael Mann. O autor na consagrada obra *The sources of social Power* (1993) busca responder três questões básicas sobre o poder militar: quem controla, como é internamente organizado e quais funções serviam.

De acordo com Mann, uma vez monopolizadas pelos Estados sem perder a sua autonomia, as forças militares apresentam duas funções básicas: a repressão doméstica e a guerra externa (função geopolítica). A guerra e a sua preparação sempre foram as principais funções do Estado. Seguindo a linha de raciocínio de Tilly (1996), como já ressaltado anteriormente, foram elas, afinal, as grandes responsáveis pelo desenvolvimento do aparato estatal e pela consolidação do seu formato burocrático. Assim como o Estado foi funcional a elas. Porém, Mann configura um caráter dual para a funcionalidade das forças militares. A própria

construção do Estado no início da modernidade contou com a função fundamental do exército na repressão aos dissidentes internos.

Segundo o autor, podemos classificar a repressão doméstica em quatro níveis. O primeiro refere-se à ação do Estado sem o uso da força, através da conciliação, persuasão e arbitragem. O segundo está relacionado à tarefa policial de combater crimes. Essa função é, geralmente, desenvolvida por senhores locais. O terceiro nível envolve distúrbios mais graves, sendo necessária a presença de tropas do exército, de milícias e forças paramilitares com o único objetivo de demonstração de força. O quarto nível é uma evolução do terceiro. Caso a situação se agrave, as tropas militares reprimem a tiros reais e enfrentamento direto se necessário.

Entre 1600 e 1800, as tropas regulares eram chamadas para enfrentamentos relacionados aos níveis três e quatro. Concomitantemente, em especial no século XVIII, o Estado criou forças paramilitares com o intuito de aumentar a vigilância e combater os crimes. As forças policiais mais bem equipadas e desenvolvidas, ainda assim incapazes de enfrentar o quarto nível de repressão, só foram conseguidas no século XIX. Nessa primeira fase de construção do Estado, o exército não havia passado ainda pelo processo de diferenciação. O inimigo era também o criminoso (inimigo interno). O estímulo ao desenvolvimento das forças policiais afastaria cada vez as tropas regulares em direção ao âmbito externo: o inimigo é aquele com quem se luta em uma guerra e por isso mesmo externa. Domesticamente, os exércitos se especializaram no quarto nível de repressão.

Com uma maior presença de forças policiais, teoricamente, o âmbito doméstico se torna mais pacificado, o que permite que os exércitos apontem seus canhões para fora das fronteiras territoriais nacionais. O capitalismo, sistema econômico vigente, acaba por silenciar as formas domésticas de repressão ao afastar a violência das relações de classe. O trabalho é extraído através do próprio processo econômico e não por meio da coerção física/violência. Segundo Anthony Giddens (apud MANN, p. 405) isso é o que permite que a guerra ganhe proeminência em detrimento da repressão interna levada a cabo pelo exército.

De acordo com Mann (1993), foi somente no século XX, com o desenvolvimento da cidadania social e de um espaço institucional reservado para as relações litigiosas envolvendo o trabalho, que o exército não mais precisaria dissipar suas energias na repressão de questões internas à nação. Isso explicaria o

fato da constante presença militar nas questões internas nos países do terceiro mundo, uma vez que os países assim chamados não ampliaram esses espaços reservados às contradições de classe e aos alcances plenos da cidadania à maior parte de suas populações.

Because political and social citizenship has not been achieved in most of the Third World, this explains why militaries still point inward there. The evidence will show that neither discipline nor the removal of the military from domestic repression had got far by 1914 (MANN, 1993, p. 406).

Em resumo, o nível de conquista dos direitos liberais individuais está diretamente relacionado a um maior ou menor grau de atuação das forças armadas nas questões domésticas. Já no século XIX, segundo Mann (1993), é possível observar um maior grau de conciliação das relações de trabalho, conseqüentemente, menor requisição das forças armadas nas causas domésticas. Além disso, os recursos repressivos das forças militares aumentaram, facilitando o controle da ordem.

A composição de classe do exército e as relações entre oficiais e subordinados ocupavam papel central na manutenção da ordem interna. No Estado do início da modernidade, como o monarca ocupava a cabeça do corpo hobbesiano, cabia a ele a prerrogativa de fazer guerra. A política interdinástica marcava as relações entre Estados na Europa de então. Isso significa dizer que reis e rainhas, por vezes, travavam batalhas por gosto e/ou paixão pessoal. Homens comuns lutavam em guerras que não eram suas. O princípio da razão de Estado estava em processo de amadurecimento e ainda não constituía uma seara bem delimitada (MANN, 1993).

As questões diplomáticas eram conduzidas, geralmente por homens da nobreza, mesmo no século XIX, após a morte política do rei. Descendentes da antiga nobreza ocupavam os postos diplomáticos e insulados da sociedade civil. Pouco ou nada se deixavam influenciar pelos súditos, agora cidadãos. Basicamente, quase todos os oficiais do alto escalão do exército eram nobres. Essa composição era mais relaxada na Armada, braço das forças militares que não exigia riqueza prévia entre os membros do oficialato (MANN, 1993).

Os soldados e marinheiros, de maneira geral, são considerados por autores contemporâneos, como pertencentes à escória da sociedade. Mann (1993) aponta

para a necessidade de relativizar essa classificação. É fundamental, perceber quem está falando. A pergunta a ser feita é: quem considerava os soldados e marinheiros a escória da sociedade?

Between officers and men lay a great gulf. Ordinary soldiers and sailors were portrayed by literate contemporaries as the dregs of society, the ‘scum’ (Brotsky 1998). The label has stuck among scholars today (Jany 1967; Rothenberg 1978; 12; Dandeker 1989, 79; Holsti 1991: 102, 104; Berryman 1988 contests it for the United States), but its accuracy is questionable. Literate contemporaries were biased. As we have just seen, officers were drawn from unusually elevated strata. To them quite ordinary men might seem ‘dregs’, especially conscripted and impressed men, trapped unwillingly, like caged animals, and held by cruel discipline” (MANN, 1993, p. 420).

A distância entre as forças militares e os civis era tamanha que o contato entre as duas esferas se dava, basicamente, quando operavam o recrutamento forçado e o aquartelamento. A disciplina era vista como punitiva pelos oficiais uma vez que não estava internalizada nos submetidos. À primeira chance, os recrutas não titubeavam em desertar. Mais de um terço dos soldados eram de mercenários. Como vimos na análise de Thomson, o mercenarismo como forma de violência não-estatal foi amplamente utilizado, a fim de promover os interesses do Estado soberano.

Ainda em relação à composição dos exércitos, contrariando a análise dos autores contemporâneos acima referidos, na segunda metade do século XVIII Mann destaca que os soldados franceses eram trabalhadores do campo e homens pobres das cidades, artesãos e letrados subrepresentados. Os recrutas do exército britânico em sua maioria provinham das classes manufatureiras das cidades, em especial da Escócia, e eram menos letrados que a média da população da Grã-Bretanha. De maneira geral, os exércitos europeus centrais eram compostos de homens com pouca habilidade profissional e menos letrados que os franceses e britânicos. Os seus sistemas de conscrição permitiam isenções a indivíduos de ocupações que envolviam habilidades específicas e ainda abriam a possibilidade da substituição.⁴

Além de sofrer um processo de democratização, Mann (1993) destaca que a sociedade militar, vista como insulada e autônoma, atravessou um processo de burocratização e profissionalização. A burocratização militar, inicialmente

⁴ Esse tema será abordado mais adiante através da análise dos escritos de Nuria Sales Bohigas.

liderada pelo Estado, transformou o pessoal em assalariado, sem propriedade sobre a administração, com medidas impessoais baseadas na meritocracia. Em verdade, o processo de burocratização já vinha operando desde a chamada Revolução Militar (1500-1640), quando ocorreu uma especialização de funções, com as divisões entre forças de apoio e de primeira linha, além da divisão entre infantaria, cavalaria e artilharia. Os exércitos e as marinhas aumentaram de tamanho em decorrência da burocratização.

Junto a essas transformações, as forças armadas se profissionalizaram ao adquirir o monopólio sobre as atividades militares específicas. Ser um militar passou a ser sinônimo de aprender uma profissão. Vale ressaltar que os corpos pautados pelo espírito de honra não deixaram de existir, apenas apresentavam um *ethos* distinto daqueles profissionalizados.

Por volta do século XVIII,

monarchs and war ministers in Austria, Britain, France and Prussia enacted centralizing regulations against them (nobres ricos). When Maria Theresa secured control of army promotion in 1776, she eliminated the remaining proprietors, perhaps the last Western monarch to do so". (...) Military administration was relatively centralized, routinized, disciplined, homogeneous and bureaucratic – by far the most ‘modern’ eighteenth-century power organization (MANN, 1993, p. 424).

A Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas alteraram essa conformação, apresentando uma ameaça à dominação nobre e à disciplina punitiva. O exército nacionalizou-se. Áustria e Prússia, por exemplo, se tornaram nações em armas, permitindo relações mais livres entre os oficiais e seus homens e despertando o fervor patriótico. Ocorreu uma diminuição do recrutamento de mercenários estrangeiros. Os cidadãos-soldados foram submetidos à hierarquia militar que não deixou de empregar a disciplina coercitivamente, porém de maneira racionalizada e pautada por regras instituídas (MANN, 1993).

Ao longo do século XIX, predominou entre os recrutados, os indivíduos provenientes do campo. As isenções recaíam sobre os homens urbanos com alguma habilidade e sobre as profissões ligadas à indústria. Entretanto, alguns homens dessa última categoria eram recrutados. Tratava-se, geralmente, de homens de cidades menores ou de regiões onde as identidades laborais eram menos densas.

Ao fim e ao cabo, as forças armadas do século XIX eram uma mistura de valores do Antigo Regime com os ideais flamejantes da burguesia em vias de vitória em uma sociedade marcada e progressivamente industrializada. Os militares não deixaram de intervir no âmbito doméstico, afinal, seus oficiais eram guiados por uma utensilagem mental de tipo antigo. Eles reprimiam distúrbios urbanos e de classe. Porém, cada vez mais, apontavam suas armas para o *outside* do Estado moderno.

Até aqui, é possível perceber que o pano de fundo das transformações no aparato militar e nas estratégias de recrutamento foi o processo de construção do Estado moderno. Tilly nos apresenta que o Estado moderno não é uma construção deliberada em si. Ele surgiu do próprio esforço para a criação e manutenção das forças armadas e em última instância para a preparação para a guerra.

Raramente os príncipes europeus tiveram em mente um modelo preciso do tipo de estado que estavam produzindo. (...) Nenhum deles projetou os principais componentes dos estados nacionais – tesouros, tribunais, administrações centrais, etc. Habitualmente foram constituídos mais ou menos como produtos secundários involuntários dos esforços para cumprir as tarefas mais imediatas, especialmente a criação e manutenção das forças armadas (TILLY, 1996, p. 75).

Esse esforço envolvia, entre outras tarefas, a difícil busca pelo monopólio da violência. Para cumprir esse objetivo, e sobreviver como Estado, essas unidades políticas precisaram, minimamente, regular o uso privado da violência. Igreja, senhores locais, ligas de cidade, Impérios foram todos concorrentes diretos do Estado moderno nessa empreitada. O Estado precisava destruir as redes intermediárias e as organizações estranhas à sua conformação.

De acordo com Tilly, o Estado territorial soberano conseguiu prevalecer frente às demais organizações devido a sua melhor capacidade em escalar a guerra. Para Hendrik Spruyt (1996), a habilidade de escalar a guerra é consequência de determinados arranjos institucionais prévios. A centralização política não deve ser explicada somente pela variável “guerra”. Spruyt (1996) destaca a necessidade de considerar os fatores que envolveram coalizões e alianças internas no processo que levou à supremacia do Estado territorial soberano sobre outras formas de unidade política. Estados fracos também se centralizaram, afinal. Se a guerra fosse definidora da sua vitória como unidade política, eles não teriam sobrevivido (SPRUYT, 1996).

Fica clara, portanto, a necessidade do soberano de negociar com as redes intermediárias. O rei tem o seu poder limitado, na medida em que precisa negociar com os súditos para fazer a guerra. Especialmente em um ambiente em que as lealdades eram muito mais presas às comunidades locais. Segundo Fernando Dores Costa

Os escriptores modernos esforçam-se em exaltar a gloria e o amor da pátria como se escrevessem em outros tempos em Roma ou Athenas; - uma tal ilusão é bem fácil para seduzir as imaginações; porém o orador militar que seguisse este erro, produziria sómente discursos e não conseguiria despertar os ânimos. Não existe nos destinatários a representação necessária para que leiam nas suas palavras aquilo que querem transmitir. Tal como explica Vianna, o amor da pátria é geralmente concebido o aferro á terra natal. Esta causa, cujo principio existe no coração, subsistirá eternamente. No entanto, ela não é militarmente organizadora: esta affecção não vai além dos limites de uma província: portanto, o amor da pátria, considerado unicamente em relação á terra natal, não é um sentimento que opere nacionalmente (COSTA, 1995, p. 155).

Root (1987) e Blum (1971) destacam que as relações sociais locais em detrimento das relações *coroa-súditos* eram ainda mais reforçadas em decorrência da necessidade da coroa de utilizar os locais na prestação de serviços burocráticos. Devido à precariedade administrativa, os Estados precisaram contar com as notabilidades locais em tarefas hoje, rotineiramente feitas, por funcionários impessoais, assalariados e profissionalizados.

O apego à comunidade local, por sua vez, era reforçado pelo próprio Estado central, que, de forma a facilitar a obtenção de suas prestações fiscais, responsabilizava coletivamente as pequenas comunidades locais pela sua realização (ROOT, 1987; BLUM, 1971 apud MENDES 2010).

A partir desse quadro, é possível inferir que o Estado do Antigo Regime era fracamente centralizado, não era nacional, o patriotismo era algo ainda a ser desenvolvido e a legitimidade do monarca não era plenamente realizada. Diante dessa situação, como extrair recursos para guerra? Mais precisamente, como recrutar homens para as campanhas externas?

Fábio Faria Mendes (1998, 2010) propõe a existência de mecanismos de coordenação alternativos que contribuíram sobremaneira para a realização das atividades administrativas do Estado. São eles: liturgias, mercados e hierarquias. “Liturgias serão definidas aqui como formas de provisão de serviços

administrativos por quaisquer tipos de poderes intermediários com seus próprios recursos” (MENDES, 2010, p. 17). Trata-se da prática de notáveis locais que, em troca de benesses, títulos, honrarias e direitos ofereciam seus serviços ao Estado. Essa troca silenciosa entre centro e localidade configurar-se-ia como uma rotina administrativa altamente diletante, acessória, consuetudinária e por isso mesmo, imprevisível. “As diretivas do poder central serão objeto de contínua tradução local pelos notáveis” (MENDES, 2010, p. 17).

Os mercados podem ser definidos como “um modo de provisão de necessidades administrativas que recorre a meios de administração sujeitos a transações de livre compra e venda” (MENDES, 2010, p. 17). São recorrências estatais ao mercado, por exemplo, a contratação de empreendedores privados como os agenciadores de mercenários.

Já as hierarquias,

remetem aos modernos mecanismos burocráticos de implementação de decisões dependentes de funcionários tecnicamente especializados, não proprietários dos meios de administração e remunerados com salários (MENDES, 2010, p. 18).

As liturgias e os mercados não pertencem à estrutura burocrática regular. São formas de governo indireto. Já as hierarquias são próprias do desenvolvimento das capacidades burocráticas do Estado.

Como visto anteriormente, segundo destaca Thomson (1994), a recorrência às práticas de violência não-estatal acontecia, amiúde, através desses mecanismos de coordenação, em particular, nos mercados. Na Europa ocidental, de acordo com Mendes (2010), os mercados são a principal fonte de suprimento dos recrutas, enquanto que, na Europa Oriental os combatentes são provenientes das obrigações litúrgicas assumidas entre o poder central e os nobres diletantes locais.

O mecanismo hierárquico só foi empregado, de maneira satisfatória, após a Revolução Francesa, em decorrência da maior centralização do governo. Já vimos nos estudos de Michael Mann (1993), as transformações pelas quais as forças armadas europeias passaram. Por essa época, a burocratização, a hierarquia e a profissionalização eram crescentes não só no Exército e na Armada, mas também no próprio Estado.

Como a Revolução destronou o rei e a soberania passou a repousar no povo, novos métodos de obtenção de recrutas se faziam necessários. Como

destaca Nuria Sales Bohigas (1968), na França, depois de 1792 e 1793 e já nos Estados Unidos desde 1766, “no rank or station in life, employment or Office ... shall excuse or exempt any person from serving in arms for the defence of his country either by himself or some able bodied effective man in his stead” (Act dated November 14, 1776, quoted from A. Vollmer, *Backgrounds of Selective Service Military Obligation: The American Tradition*. Special Monograph no. 1, v. II, part 6, *Massachusetts Enactments in The Selective Service System* ‘Washington, 1947’, p. 230 apud BOHIGAS, 1968, p. 261).

O século XIX testemunhou a transição do velho regime de recrutamento de Tipo Antigo, em que predominava a desigualdade proveniente das diferenças sociais para o regime incomutável, pessoal e intransferível, ou seja, o recrutamento universal após 1870.

Até o século XIX, de modo geral, o sistema de isenções sem contrapartida (a isenção é dada para algumas categorias sociais e profissionais) retirou possíveis combatentes das redes militares. No XIX, a prática predominante foi a da comutação por dinheiro. A França estabeleceu esse sistema a partir de 1818 e principalmente depois de 1830, através do controle do Parlamento. Foi adotado também em Portugal, Bélgica, Holanda e Espanha. A Prússia era exceção, Estado onde predominava o recrutamento sem direitos à isenção e à comutação. Em contrapartida, a Rússia manteve os privilégios típicos do Antigo Regime até quase o final do século XIX. Não à toa a obrigação do imposto de sangue foi um fator de forte descontentamento para a eclosão do Ensaio Geral e da Revolução de 1917. A Rússia avançava em guerras impopulares e uma das promessas de Lênin, líder bolchevique, nas Teses de Abril era a retirada da Rússia da Primeira Grande Guerra que estava em curso. Esse fato veio a ocorrer pelo Tratado de Brest Litovsk.

Antes dos oitocentos, a comutação por quantia pecuniária já era conhecida, porém não chegou a formar um sistema institucionalizado. Tratava-se de casos episódicos, ao sabor das circunstâncias. A substituição também foi amplamente praticada. Novamente, os mecanismos de mercado tal como salientados por Mendes (2010) apresentaram marcada força. Chegou-se a formar um mercado de substitutos.

Bohigas (1968), em seu texto, destaca três grandes divergências de opinião sobre o sistema de recrutamento do século XIX na Europa. A primeira refere-se à

posição sustentada pelos nobres, as classes mais tradicionalmente ligadas ao Antigo Regime. Eles desejavam o fim da comutação em nome dos princípios anteriores à Revolução Francesa. O segundo grupo, composto pelos próprios parlamentares (e que por vezes eles próprios praticavam a comutação), advogava a manutenção do sistema atual, por eles criados. Por último, partidos e comitês revolucionários defendiam a abolição da comutação e a instituição do regime universal ou voluntário.

Os debates parlamentares indicam que quando se tratava de comutação, as divergências se davam em relação à atuação do Estado. Grupos liberais defendiam a não intromissão estatal no mercado de substitutos. Desejavam afastar um possível monopólio estatal nesse tipo de atividade. A comutação em si não era causa das divergências entre os parlamentares liberais. Ela era, ao contrário, defendida.

As for parliamentary defense of commutation in France in 1848-1849, it rested on the needs of industry, of economic progress, of the higher interests of civilisation, of respect for individual liberty, and also, later, on the need for social order (BOHIGAS, 1968, p. 277).

O argumento liberal era o de que o sistema de substituição/comutação respeitava a liberdade individual da livre escolha. Do ponto de vista dos exércitos, essa perspectiva era bastante problemática devido às já conhecidas dificuldades de se conseguir recrutas, o que levou, em última instância, a uma oposição entre parlamento francês e exército, em meados daquele século.

Analisando o caso português quanto às dificuldades do recrutamento, Fernando Dores Costa destaca a distância entre súditos e coroa e a necessidade dessa de recorrer à administração honorária e diletante com vistas a dar cabo das necessidades básicas do exército e do Estado em relação à extração humana.

As ordenanças, criadas no século XVI, eram responsáveis por proceder ao levantamento de forças no nível local para o exército. Como salienta o autor “as ordenanças constituem um dos suportes fundamentais da estruturação das relações de poder a nível local” (COSTA, 1995, p. 121). A partir de 1796, a tarefa de recrutar é transferida ao Intendente Geral de Polícia, no caso, o Senhor Pina Manique. Estão operando aí os mecanismos de centralização que acabam por decretar a falência do regime de ordenanças, mas que enfrentam fortes resistências

locais. Nas palavras de Costa “as sociedades locais boicotam abertamente o recrutamento” (COSTA, 1995, p. 121).

Os grupos-alvo preferenciais dos agentes recrutadores eram vadios, malfeitores, trabalhadores itinerantes, marginais sociais e todos aqueles que não pertenciam a alguma rede de privilégio. Alguns párocos davam suporte à ação desertora. Ao estalar de qualquer notícia de uma possível leva recrutadora, os locais se esvaíam para o mato e lugares longínquos. “A fuga e a ocultação eram o destino dos que não podiam recorrer à fuga legal através dos privilégios” (COSTA, 1995, p. 128). Uma vez capturados, quando conseguiam, desertavam. Assim é que o recrutamento passa a ser confundido com a atividade da polícia ao tentar impedir a fuga e que se faz por meio da violência aos fugitivos. Os recrutadores deviam ter a perícia de agir “silenciosamente” se quisessem obter maior sucesso.

O pano de fundo é de tal modo marcado pela resistência que, no ano de 1798, se tenta uma manobra destinada a iludir a vigilância dos povos. O recrutamento mandado iniciar por um primeiro ofício datado de 12 de Maio a todos os corregedores do Norte e do Sul é suspenso a Segunda Ordem por aviso de 6 de Junho, invocando-se, por huma parte, preocupações quanto aos efeitos que o recrutamento exerce sobre o comportamento da mão-de-obra agrícola, concretamente a necessidade de dar tempo, a que se fação as colheitas, mas, por outra parte, para desse modo se porem em sucego os povos para depois melhor se poderem recrutar, os que andão refugiados. Estamos perante uma diversão: suspendendo as operações de recrutamento, espera-se que esmoreça a atenção posta sobre essas acções e que regressem os que fugiram, sendo surpreendidos pelo recomeço dessas operações” (COSTA, 1995, p. 128-129).

O sistema de privilégios era umas das principais dificuldades encontradas pelo governo. Os privilégios indicavam que parte da população não estava disponível ao governo central. A solução encontrada pelo Estado, portanto, era “contratar” o poder paternal.

O sistema de recrutamento oficial era o da conscrição obrigatória, porém após a Revolução Francesa, foi marcado pela substituição, como já salientado por Bohigas.

Alguns agentes que deveriam zelar pelo cumprimento da tarefa do recrutamento e os próprios membros da administração honorária, por vezes, acobertavam a fuga dos possíveis recrutas. As redes de clientela se sobrepunham

às necessidades do Estado e o senhor local não pretendia perder seus agregados, por exemplo.

Costa se pergunta se em vista desse divórcio entre as esferas central e local, forças armadas e população civil, estamos diante de um governo de fato? Se como salientado anteriormente, a política implica o exercício do poder, e o poder estatal parece carecer de maior legitimidade, poderíamos falar em um governo do Estado?

O autor afirma que a república francesa trouxe a necessidade de repensar o controle mecânico dos militares sobre os recrutas ao considerar o patriotismo como fator de eficácia. O patriotismo estivera ausente até então, o que fortalecia um suposto mecanicismo na relação entre governantes e governados, segundo Rousseau.

O conceito de nação articulado ao Estado estabeleceria um elo mais positivo entre líderes e súditos / cidadãos. Como a construção do Estado da maneira que se deu (divorciado da nação) é um elemento em crise, a nação emerge como uma solução/consequência para essa crise. Costa afirma, ainda, que o Estado matou a nação no processo de monopolização da violência. É necessário, portanto, resgatar a ideia de nação para dentro do Estado de forma a identificar a causa do Estado como a causa do povo. O amor à pátria, unicamente, não é capaz de explicar o nacionalismo. Este deve ser ancorado em bases políticas mais profundas. Esse trabalho, para Costa, ainda está por ser feito no século XIX.

Em suma, Estado e nação são construções nem sempre conjugáveis, ainda que o esforço maior como demonstrado nas linhas que se seguiram, seja o de estabelecer um imperativo moral entre uma e outra categoria.

Historicamente, poderíamos buscar as gêneses do Estado (territorial, no caso) no período tardo medieval no processo de formação das monarquias europeias. Se tomássemos o caso português, por exemplo, poderíamos voltar no tempo, no século XII, quando Afonso Henriques, filho de Henrique de Borgonha, libertou o Condado Portucalense do domínio do Reino de Leão e proclamou-se rei de Portugal, em 1139, com a independência do novo reino, sendo reconhecida em 1143, por Afonso VII, rei de Leão e Castela. Ou ainda, ao século XIII, período no qual os atuais limites de Portugal ficaram já conhecidos quando da expulsão dos mouros da região do Algarve no sul da península Ibérica, no movimento conhecido como Guerra de Reconquista.

Contudo, o propósito avançado aqui não é, simplesmente, o de resgatar dados históricos que sirvam como elemento fundador para o que se quer representar. Certamente, Portugal e os outros Estados europeus tiveram seus marcos e símbolos históricos claramente datados e localizados espacialmente. Porém, a maneira como esses acontecimentos são construídos e imaginados é que necessita de maior atenção.

Os Estados territoriais, então nascentes em fins da Idade Média e início da Era Moderna, conviveram lado a lado com outras formas de organização política, tais como as cidades-Estado italianas, as ligas comerciais germânicas, o Império e a Igreja. Ao fim e ao cabo, mostraram-se mais bem preparados a sobreviver no sistema. Tilly (1996) explicaria que os Estados mais bem preparados a extrair os meios de guerra saíram vitoriosos. Ou seja, aqueles que melhor combinaram 'capital' e 'coerção' prevaleceram e alcançaram a forma nacional primeiro. Esse parece ser os casos da Inglaterra e da França, por exemplo.

Se adotarmos a classificação de Tilly (1990/1996), nos períodos do patrimonialismo e da corretagem, não poderíamos falar ainda de forças nacionais, uma vez que a relação entre coroa e súditos ainda é pautada por distâncias significativas, que são reforçadas por laços locais e solidariedades horizontais locais.

A concepção de nação, no seu sentido mais empírico, como um povo que partilha uma mesma língua, cultura, hábitos e se circunscreve a um mesmo território, apesar de importante, não é suficiente, de maneira alguma, como meio de análise da categoria nacional, como a principal construtora de uma política de identidades. Seguindo o argumento de Calhoun (1952/1997), poderíamos falar em nação como um grupo portador de solidariedade antes da emergência do Estado territorial moderno. É possível, portanto, concebermos nações sem Estado ou mesmo fora da modernidade.

Todavia, como o próprio Calhoun (1952/1997) e, até mesmo, Gellner (1983/2006) salientam, os laços de solidariedade locais que determinam nações genéricas não encerram condições suficientes que as coloquem em pé de igualdade com as nações modernas. O que se quer dizer aqui é que, se Estado e nação são categorias distintas, nos limites construídos pela modernidade, Estado e nação assumem uma relação de complementaridade nunca antes vista. O Estado como aparato político central se configura como o principal construtor e

veiculador da identidade nacional. A “roupa” que o Estado moderno veste é a ideia de nação. O Estado sustenta a nação como a principal definidora do que é o indivíduo no mundo. A pergunta básica não é se o indivíduo tem uma nacionalidade, mas qual é a sua nacionalidade. Parte-se do pressuposto de que todos pertençam a uma nação. Pertencer significa ser inscrito por ela. Daí, para Anderson (1983/1993), ser possível falar em tempo vazio e homogêneo, que liga pessoas que nunca se viram e/ou que nunca se conhecerão, através de práticas mais banais do dia-a-dia como, por exemplo, ouvir uma música no rádio em língua nacional ou rir de uma charge do periódico mais lido do país.

Nesse processo de construção do Estado-nação, é necessário considerar, portanto duas dimensões básicas: as transformações históricas e o questionamento das verdades ontológicas. A verdade ontológica medieval como única forma de acesso ao mundo é questionada por movimentos histórico-políticos que imprimem um caráter laico ao entendimento de Estado. Ao mesmo tempo, os Estados europeus vinham processando um modelo crescente e regular de centralização política, como aquele proposto por Tocqueville, para o caso francês, em que as redes intermediárias apresentavam sérios obstáculos às tentativas do centro de estender a soberania política sobre o território, mas que não resistiram ao avassalador processo de glorificação burguesa.

O que está sendo retratado aqui é o processo de concentração dos meios de coerção e o fortalecimento das capacidades burocráticas do Estado, que, com todas as tropelias já conhecidas, estava em curso, mas que precisou ser redefinido em decorrência das mudanças políticas operadas no próprio sistema político.

As forças armadas ocuparam um papel chave nesse processo. Como analisado anteriormente, para Tilly (1990/1996), as organizações que aplicam a coerção é que caracterizam, por excelência, o Estado. Como os Estados, ao promoverem um esforço não deliberado nas relações com outros Estados, desenvolvem suas capacidades, podemos dizer que a guerra, que é a relação que pauta a interação entre os Estados, contribuiu para o fortalecimento do aparato central dos Estados. Ao mesmo tempo, a busca do monopólio da violência e a superação das fases patrimonialista e da corretagem era algo a ser superado. No final das contas, os Estados se defrontavam com duas árduas tarefas: a busca do monopólio dos meios de coerção, interna e externamente. Como colocado por Thomson (1994), o Estado buscava controlar os meios não-estatais que tinham

fugido ao seu controle quando estes passaram a atuar decisivamente na esfera internacional. O que acontece fora dos Estados, desde que emane do seu território é responsabilidade dos Estados. O que se observa é uma especialização de funções. Conforme o ambiente doméstico é pacificado, as forças armadas antes utilizadas também internamente passam a direcionar seus aportes para o *outside* do Estado moderno.

De acordo com Mann (1993), as quatro fontes de poder social (ideológica, econômica, militar e política), que, combinadas, configuram o Estado, concebem a sociedade como múltiplas redes de poder. No século XVIII, é possível perceber a proeminência dos poderes econômicos e militares no processo de repressão doméstica e atuação externa. As capacidades militares do Estado precisavam de recursos materiais como forma de provisão. A política precisava dos militares na repressão.

No século XIX, com o avanço liberal, o poder militar perde força em detrimento do político e econômico. O Estado-nação em construção passa a ser a principal ligação entre indivíduos e Estado a partir da redefinição da soberania política e a ideologia burguesa, por meio do capitalismo industrial, torna-se a definidora das relações políticas. A esfera doméstica é pacificada pelo avanço liberal, o que isenta os militares de maiores considerações internas, com exceção de casos extremos ou em lugares de pouco avanço social.

As questões que imediatamente se colocam são: Como fazer com que os indivíduos identifiquem sua vida mais diretamente à causa do Estado? Como se resolve o problema da questão da cidadania dentro da construção do Estado nacional? Qual é a reviravolta operada no poder político que nos permite equacionar Estado, nação e monopólio da força?

Apropriando-se dos argumentos de Foucault (1975-1976/2005), é crível apontar possíveis caminhos como indicações conclusivas que, de maneira alguma, se querem totais. Partindo do pressuposto de que toda política encerra relações de poder, temos que a própria constituição do Estado moderno foi pautada desde o seu início por jogos de poder. O discurso hobbesiano, ao conjugar segurança e liberdade como ressaltado por Neal (2004) e ao sujeitar os saberes eruditos e populares, visava, em última instância, calar os saberes histórico-políticos da lutas das raças. O processo de centralização política levada a cabo pelo Estado, leia-se pelo soberano, pautado por um discurso filosófico-jurídico dominante objetivava,

em última instância, afastar a ideia da conquista como forma de dominação política. A ideia de contrato social soava menos agressiva aos súditos que a ideia de um rei conquistador. Temos, como exemplo analisado, o caso de Guilherme, na Inglaterra.

Entretanto, no processo de “desassujeitação” dos saberes, percebemos a emergência de forças sociais explosivas, pautadas pelo discurso histórico da universalização dos valores individuais. Grupos sociais como nobreza e burguesia imprimiram marcada oposição política à figura do rei e à sua aura de legitimidade. Com a dessacralização das verdades ontológicas pregressas, os indivíduos passam a questionar sistematicamente a fonte do poder soberano que, pelo dinamismo dos grupos burgueses, depõem o rei e calam qualquer tipo de oposição. Esse processo pode ser observado nos escritos de Tocqueville (1805-1859) já no século XIX. As redes intermediárias entre o povo e o soberano foram suprimidas, juntamente com o soberano, mas não com a sua figura política. O pedestal de incontestabilidade do poder político central não é guilhotinado juntamente com o rei. A ideia de poder soberano continua a existir. Ela apenas é redefinida em novos termos, mais universais e democraticamente difusos, com vistas a elevar a imagem do cidadão ao Estado centralizado, que já não precisa mais contar, exclusivamente, com exércitos privados. Há um considerável esvaziamento do poder local. Os meios de preparar a guerra estão agora mais concentrados.

Ao contrário do padrão demonstrado pelos Estados europeus, no Brasil, se, por um lado, os meios coercitivos centrais empregados para a preparação para a guerra foram desenvolvidos e ou ativados, isso não significa dizer que eles foram reforçados. Ao contrário, para os Estados periféricos, em especial o Brasil, as categorias Estado, nação e monopólio da força parecem se recombinar de outra maneira, ainda que possamos observar um contínuo; porém, não sem percalços processo de centralização política.